

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

JUÇARA ROSA SILVA

**O CMDCA DE FLORIANÓPOLIS E A (DES)INFORMAÇÃO
DOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO ÓRGÃO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 20/04/06

**FLORIANÓPOLIS
2006**

JUÇARA ROSA SILVA

**O CMDCA DE FLORIANÓPOLIS E A (DES)INFORMAÇÃO
DOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO ÓRGÃO**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado como requisito
parcial para a obtenção do título
de Bacharel em Serviço Social,
Departamento de Serviço Social,
Universidade Federal de Santa
Catarina. Orientadora: Prof^a
Carmem Lúcia Silva

**FLORIANÓPOLIS
2006**

JUÇARA ROSA SILVA

**O CMDCA DE FLORIANÓPOLIS E A (DES)INFORMAÇÃO
DOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO ÓRGÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

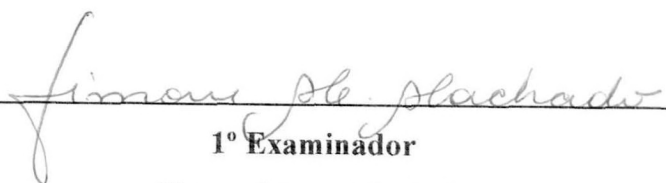
BANCA EXAMINADORA:



Orientador

Carmem Lúcia da Silva

Professora do Departamento de Serviço Social



1º Examinador

Simone Matos Machado

Professora do Departamento de Serviço Social



2º Examinador

Kátia Regina Madeira

Assistente Social CRESS – 1227 / 12ª Região

Florianópolis, abril de 2006

AGRADECIMENTOS

Durante o período em que estivemos na Universidade, muitas pessoas estiveram ao nosso lado, nos acompanharam nos momentos difíceis e nas conquistas, nos deram força e transmitiram boas energias para enfrentarmos todos os desafios que são lançados nesta caminhada acadêmica. Então, neste momento conclusivo desta jornada, se faz necessário agradecermos a essas pessoas que nos estimularam a vencer e contribuíram com esta vitória.

Inicialmente agradeço à minha família, por apoiar a minha escolha e acreditarem no meu potencial. Em especial, aos meus pais, Eduardo e Maria, pela dedicação e amor incondicional. Eles, que sempre lutaram em suas vidas para me proporcionar o melhor e, fazer de mim o que hoje sou. À minha irmã Glaucia, pelo companheirismo e amor de irmã, que nunca mediu esforços para me apoiar nas decisões do meu futuro; ao meu cunhado Sandro, pelas recomendações que muitas vezes me mostraram caminhos; ao meu irmão Renato, que mesmo pelas implicâncias muitas vezes me escutava, me orientava e era paciente comigo, e às minhas sobrinhas – afilhadas, Maria Eduarda e Livia, que só me trouxeram felicidades.

Ao meu namorado, Renato, que me acompanhou durante toda a minha caminhada universitária, por ser meu parceiro, meu refúgio, meu amor. Agradeço pela paciência, pelo apoio, e pelo homem especial que é em minha vida.

Aos amigos do curso que me acompanharam e me deram força, pela troca de experiência e amizade que se estabeleceu entre nós, entre eles Sabrina Suzim, Gabriela, Kelly, Gladis, Ana Paula, Joana Krás, Vileide, Joana Demoliner, Jacson, Karine e outros amigos, e ainda, em especial a Ellen. Agradeço à minha amiga Ellen, pelo companheirismo e compreensão durante o todo o período acadêmico. Ela sempre esteve ao meu lado, me orientando, me escutando e me respeitando. Uma verdadeira amiga.

A minha Orientadora e Professora Carmem Lúcia, pelo incentivo confiança e ajuda. Para mim a Carmem foi mais que uma orientadora, uma amiga. Seu companheirismo unido à sua sabedoria foi de fundamental importância nos momentos decisivos deste trabalho. Agradeço também à Professora Simone, pela disponibilidade de participar da minha banca examinadora.

Não poderia deixar de agradecer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Municipal de Assistência Social, que possibilitou a

realização de meu Estágio. Agradeço a todos os Conselheiros que passaram pelo Conselho na época em que realizei meu estágio, às entidades registradas do CMDCA, pela participação na pesquisa e pela atenção com que me receberam.

Agradeço em especial às Secretárias Técnica Executiva dos Conselhos, Cristiane Claudino, Kátia Madeira e Marliange Pereira, pessoas raras que Deus colocou em meu caminho, grandes profissionais, grandes amigas. À Cris em especial, que foi minha supervisora de estágio, uma fortaleza e um exemplo ético a ser seguido. Agradeço ao Alexandre Sampaio, que esteve ao meu lado no Conselho como estagiário e fez despertar entre nós uma verdadeira amizade, uma relação de irmãos. Agradeço também às profissionais que estiveram junto ao Conselho naquele período, Khatia Muller, Miriam Martins Vieira da Rosa e Valéria Cabral.

Agradeço a Deus, pelo Dom da vida e por todos os momentos em que Ele esteve ao meu lado.

Enfim, agradeço a todos os meus amigos, à minha família, profissionais e professores que cruzaram meu caminho e todos que direta ou indiretamente me apoiaram e transmitiram pensamentos positivos para que eu vencesse mais uma etapa de minha vida. Os meus sinceros agradecimentos. Obrigada!

Pra começar vamos explicar
Que o CMDCA
é o melhor lugar,
Você já sabe o que é
É um conselho de direitos
Do Adolescente e da Criança em sua volta
Pra desigualdade amenizar

Pra completar, é certo falar
Que o CMDCA
Tem ajuda popular,
A sociedade civil, Vem
Mobilizar com poder público vem
Conheço bem as nossas leis
E o que importa:
É os direitos reivindicar

O adolescente e a criança estão na estrada
Sozinhos não enxergam nada
Não podem ficar aqui
Esperando que tudo aconteça
Garantia de direitos sim
Lutar é preciso não esqueça!

Grupo “Conselho” – CMDCA
Ellen, Juçara, Keila, Susana, Simone
16/06/2004

RESUMO

SILVA, Juçara Rosa. **O CMDCA de Florianópolis e a (des)informação dos dirigentes das entidades registradas no órgão**. 2006. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

O presente trabalho é resultado da experiência de Estágio desenvolvido no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis (CMDCA). Apresenta a trajetória histórica das políticas de atenção à infância e juventude, seus avanços e limites. Destaca desses avanços, a implementação do CMDCA, em especial no município de Florianópolis, trazendo sua configuração histórica. Aborda a pesquisa realizada no CMDCA, que objetivou analisar a compreensão dos dirigentes das entidades registradas no Conselho do município de Florianópolis, a respeito das funções deste órgão. Para tanto foi necessário desenvolver uma pesquisa qunati-qualitativa, cuja amostragem de 15 entidades representaram um universo de 45 entidades, em que foi aplicado um questionário, por meio de entrevista com os dirigentes das instituições que atendem crianças e adolescentes, registrados no CMDCA até o ano de 2004. Como resultados desta pesquisa foi possível perceber que a (des)informação dos dirigentes frente às funções do CMDCA implica na forma de promover a visibilidade das ações desenvolvidas pelo mesmo órgão, e consequentemente na ampliação das garantias dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chave: CMDCA; (des)informação; visibilidade

LISTA DE ABREVIATURAS

ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

CEDCA-SC – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CENDHEC – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DCA – Direitos da Criança e do Adolescente

FIA – Fundo para Infância e Adolescência

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IEE – Instituto de Estudos Especiais

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONG – Organização Não-Governamental

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor

SAM – Serviço de Assistência aos Menores

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E OS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	13
1.1 CONHECENDO A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	13
1.2 APRESENTANDO O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS.....	23
2 A COMPREENSÃO DO CMDCA NA PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CMDCA DE FLORIANÓPOLIS	37
2.1 COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA.....	37
2.2 ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CMDCA E A (DES) INFORMAÇÃO DOS DIRIGENTES.....	42
2.2.1 Da Função do CMDCA.....	44
2.2.2 Da Composição do CMDCA.....	48
2.2.3 Da Participação da Entidade no CMDCA.....	49
2.2.4 Do Registro das Entidades do CMDCA.....	50
2.2.5 Do Conhecimento das Ações Desenvolvidas pelo CMDCA.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	62
APÊNDICE 1 - Questionário.....	63
ANEXOS.....	64
ANEXOS A – Lei nº 3794/92.....	65
ANEXOS B – Regimento Interno do CMDCA.....	74
ANEXOS C – Fluxograma para Registro e Inscrição de Entidades e Programas.....	80

INTRODUÇÃO

Os direitos da criança e do adolescente são frutos de uma longa caminhada da sociedade brasileira. A trajetória da luta para a garantia dos direitos desses sujeitos se configura em um processo histórico de limites e possibilidades, sendo que a correlação de forças para a materialização de leis em *prol* do atendimento especial a esta população, ainda está explícita nos embates cotidianos. As alterações reais no contexto das políticas públicas e garantia de direitos para a infância e juventude aconteceram somente com a redemocratização política do país, quando surge uma legislação que torna estes indivíduos cidadãos sujeitos de direitos exigíveis.

No contexto histórico brasileiro, primeiramente a atenção voltada à infância e juventude se caracterizava como atribuição da Igreja, porém, as ações de benemerência praticadas por esta instituição tiveram funções divulgadoras da doutrina religiosa. Durante alguns anos, até a primeira República, as crianças e os adolescentes foram vistos como uma ameaça à sociedade, em que por um lado o Estado se apresentava como o repressor, em nome do controle e da defesa social, e por outro, as entidades promoviam a caridade aos “abandonados, órfãos e desvalidos”.

A trajetória da legislação brasileira da infância e adolescência teve seu início em 1927, com o Código de Menores, que tinha como propósito determinar medidas a serem adotadas em relação às crianças e os adolescentes que se encontravam em “situação irregular”, ou seja, àqueles abandonados, ou os autores de ato infracional, ou àqueles que de alguma forma transmitiam ser uma “ameaça” à população.

Até a década de 1990, as atenções voltadas ao bem-estar de crianças e de adolescentes eram reduzidos aos serviços sociais prestados por entidades públicas ou privadas, com viés assistencialista, baseado no código vigente. As leis promulgadas durante o século XX tinham o objetivo de regulamentar a situação da infância, que por sua vez, eram voltadas para a defesa da sociedade, pois as crianças e adolescentes em condição de pobreza eram vistos como um problema para a ordem pública (SOUZA, 1998).

As conquistas no Direito brasileiro tardaram a acontecer, no entanto, veio com a Constituição Federal de 1988 (2004), com a política de atenção à criança e ao adolescente, trazendo notáveis mudanças, vistas nos artigos 204 e 227, e propondo uma nova forma de gerir as políticas públicas de promoção a cidadania da infância e juventude brasileira. “A atual Constituição da República Federativa do Brasil avoca o princípio da proteção integral

quando determina em seu artigo 227 que à criança e ao adolescente devem ser assegurados uma série de direitos com absoluta prioridade” (VERONESE; SOUZA; MIOTO, 2001, 35).

Logo após a conquista desses artigos, a concentração de forças em nível nacional não se desfez, intensificou-se para aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente. A sociedade voltou-se, em meio às resistências do Estado e instituições defensoras do Código de Menores, para a aprovação da Doutrina de Proteção Integral à infância e à juventude. Em 1990 a lei nº 8.069/90, que descreve o Estatuto da Criança e do Adolescente (1995) foi aprovado estabelecendo regras de prioridade absoluta das políticas públicas a este segmento, bem como, elevando as crianças e os adolescentes ao *status* de sujeitos de direitos exigíveis.

Inseridos nesta nova proposta de gestão dos direitos, através de um sistema de garantias, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz a criação de um órgão controlador e deliberador das políticas públicas da infância e juventude. Assim, surgem os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nas três esferas de governo, com um papel primordial na garantia mencionada. É constituído como um espaço privilegiado para o debate político e o exercício da gestão democrática. É uma oportunidade para a sociedade civil intervir nas políticas públicas de atendimento à infância e juventude, não esvaziando o Estado do seu protagonismo.

Intensificando e dando legitimidade ao artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos de Direitos tratam-se de

[...] órgãos públicos, descentralizados, deliberativos em relação às políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes (políticas básicas e de assistência social) [...]. Possuem também, a função de exercer o controle social das ações do governo e da sociedade civil, no que tange à garantia dos direitos das criança e dos adolescentes. São no plano político, autônomos em relação ao governo. Sua composição é paritária com representantes do governo e da sociedade civil [...] (CARVALHO, 2000, p. 192).

Nesse sentido, os Conselhos de Direitos são a execução prática do disposto no artigo 204 da Constituição Federal, pois garantem a participação da sociedade civil na formulação e controle das políticas de atendimento, e do disposto no artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, como citado anteriormente.

Diante dessa trajetória e dos avanços conquistados, percebe-se que, a luta está na garantia dos direitos legitimados, ou seja, não basta a lei estar escrita no papel, é preciso

superar os obstáculos que inviabilizam a consolidação desses direitos. No âmbito dos conselhos municipais, não podemos desconsiderar a conquista desses espaços de participação popular e as lutas travadas para que o órgão seja reconhecido e respeitado. No entanto, é necessário que a sociedade de uma forma geral saiba o que significa este espaço de discussão, controle e promoção dos direitos da criança e do adolescente, a fim de que este conhecimento se transforme em estratégias de luta para ampliação das garantias.

Diante desse cenário, e frente à experiência de Estágio vivenciada no CMDCA de Florianópolis, no período de março de 2004 a julho de 2005, entendeu-se como significativo eleger como objeto de pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso: analisar o entendimento dos dirigentes das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Florianópolis, sobre as funções do referido órgão.

Convém destacarmos, que realizamos uma pesquisa quanti-qualitativa, utilizando o método de entrevistas com os dirigentes das entidades registradas no CMDCA de Florianópolis. Do universo de 45 entidades, 15 foram sorteadas para aplicação da pesquisa, cuja metodologia aplicada poderá ser visualizada no corpo do segundo capítulo deste trabalho.

Desta forma, o trabalho está organizado em dois capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, apresentaremos o processo histórico das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Abordaremos a atenção oferecida à infância e juventude, seus avanços e limites, assim como as conquistas no âmbito das legislações e da conjuntura de luta favorável para a implementação de uma doutrina prioritária e absoluta à criança e ao adolescente. Inserido no contexto desta doutrina, apresentaremos a implementação dos Conselhos Municipais, em especial no município de Florianópolis. Já no segundo capítulo apresentaremos a pesquisa realizada no CMDCA, em que especificaremos as motivações que fomentaram este estudo, bem como apresentaremos a metodologia utilizada para realizá-lo e, ainda, analisaremos os resultados obtidos neste universo pesquisado.

É importante ressaltarmos que, sem um aporte teórico, não teríamos condições de desenvolver este trabalho. Para tanto, nos baseamos em autores que trazem à tona a discussão dos direitos da criança e do adolescente e apontam as conquistas e desafios dos Conselhos de Direitos e a participação da sociedade civil frente às políticas públicas. Entre esses autores destacamos: Teixeira (1999), Marco (1999), Liberati e Cyrino (1993), Souza (1992), Veronese (1999), entre outros.

Para finalizarmos este trabalho trouxemos algumas conclusões que serviram, não como ponto final de discussão, mas sim, como ponto de partida para a inserção de novos pesquisadores neste espaço, a fim de desvendar este universo, objetivando para além da visibilidade deste órgão público, a criação de estratégias na perspectiva da garantia de direitos.

1 A POLITICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E OS CONSELHOS MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Neste primeiro capítulo retrataremos a configuração histórica do atendimento prestado à infância e à juventude, seus avanços, limites e conquistas. Para tanto, foi necessário fazermos a incursão nos estudos de alguns autores que possuem em comum a temática da criança e do adolescente como objeto de pesquisa, entre eles destacamos Pilotti (1995), Irene Rizzini (1995, 2004), Irma Rizzini (1995, 2004), Priore (1991), Souza (1992), Veronese (1999), Liberati (1993) e Cyrino (1993).

Nesta direção, iremos nos ater à trajetória histórica das políticas de atendimento à criança e ao adolescente, o reordenamento desta intervenção, por meio dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente, e por fim retratar a realidade do município de Florianópolis, no tocante ao surgimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

1.1 CONHECENDO A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Para entender a existência dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente é necessário retrocedermos na história e percebermos as transformações ocorridas no atendimento à infância e à juventude em cenário nacional. Com base em estudos bibliográficos fica evidente saber o lugar que a criança e o adolescente ocupava na sociedade desde o aparecimento desta categoria, até a modernidade.

Nesse sentido, é importante registrar que, segundo o historiador Ariès (1981), foi no século XVI, na Europa Ocidental, que a criança aparece pela primeira vez no espaço da família, sendo que esta figura, era retratada em pinturas cujas imagens demonstravam tratar de “adultos em miniatura”. Durante todo este século as crianças viviam nesta condição, em que além de acompanhar os adultos em suas atividades, desempenhavam tarefas domésticas e participavam de jogos e brincadeiras sexuais dos adultos. As mudanças na

concepção de infância, só puderem ser vistas, a partir do século XVII, porém não se discutia a questão dos direitos dessas pessoas em desenvolvimento. (ARIEËS, 1981).

No Brasil esta característica de atendimento (ou ausência dele) prestada à infância e à juventude não foi diferente, sendo que em meados do século XVIII, a falta de atenção, o abandono e o descaso à criança também eram práticas freqüentes no período colonial. Nessa época, o atendimento destinado à criança e ao adolescente, assim como outras atividades assistenciais, eram responsabilidade de instituições fundamentadas na Igreja Católica. Vale salientar que, anterior a este período, cabia a Igreja Católica o protagonismo do atendimento às crianças e adolescentes, visando um trabalho de evangelização aos indivíduos em desenvolvimento, com o objetivo de difundirem a doutrina cristã.

De acordo com Priore (1991), havia um interesse dos Jesuítas ao prestar atendimento às crianças, na maioria indígenas ou órfãs, posto que objetivavam criar uma “legião de divulgadores” da doutrina religiosa, haja vista que “o olhar, o perfume e os gestos desta criança divinizada, somadas a sua doçura, inocência e afabilidade, tocariam a todos que a cercassem”. Ou seja, neste momento da história do Brasil Colonial, predominava a idéia de crianças e adolescentes serem “pequenos-Jesus”, cuja função era a de proclamar a palavra de Deus pela sociedade, evidenciando que o interesse nesta prática não era o atendimento integral à infância e à juventude, mas sim, o de ampliar o controle da igreja nas comunidades.

No início do século XVIII, com o desenvolvimento e urbanização das cidades, percebia-se um grande número de crianças na rua, filhos de ex-escravos ou de ex-escravas com seus senhores, outros abandonados, por serem concebidos na “ilegitimidade” ou por famílias empobrecidas que não tinham como sustentar seus filhos. Com o aumento de crianças e adolescentes na rua, via-se o crescimento dos furtos e da “desordem”, preocupando o restante da sociedade da época, que no seu dia a dia enfrentavam esta “ameaça”. (PILOTTI; RIZZINI, 1995).

No sentido de controlar a situação de rua vivenciada pelas crianças e adolescentes, o império português transferiu para a Igreja a função de exercer o controle, a qual teve um papel importante no que tange à assistência voltada para crianças e adolescentes. Na época em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, não havia instituições públicas que destinavam atenção à infância e juventude. Por sua vez, seguindo o método utilizado na

França, a Igreja instalou no Brasil as Rodas dos Expostos¹, fundada na Santa Casa da Misericórdia, que objetivava salvar a vida de “recém nascidos abandonados”, além de garantir o anonimato do expositor² e evitar o aborto e o infanticídio (PRIORE, 1991). Esta estratégia era a única intervenção da época para enfrentar o problema relacionado à infância e à juventude em situação de rua. No entanto, devido ao alto índice de mortalidade infantil, condições precárias de higiene e ausência de subsídios financeiros para a manutenção das casas, estas foram extintas em meados do século XIX.

É importante registrar que, os atendimentos destinados a crianças e aos adolescentes no Brasil até então, vinham sendo realizados pela Igreja Católica, objetivando difundir os ideais cristãos na sociedade, bem como exercer o controle nas famílias, conforme já mencionado anteriormente. No entanto, esta intervenção estava longe de atender minimamente os direitos das crianças e dos adolescentes, como também de proteção às famílias, sendo que os reflexos desta política estavam explicitados nas ruas. Desta forma, era possível perceber que com o advento da industrialização gerou um contingente de crianças e adolescentes nas ruas em situação de abandono, vulnerabilidade e risco.

Assim, objetivando enfrentar a problemática das crianças e dos adolescentes em situação de risco, o Estado no final do século XIX, passou a exercer um controle sobre esta população, balizado no combate a esta “ameaça”, posto que,

[...] uma leitura atenta revela uma oscilação constante entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa criança que se torna uma ameaça “a ordem pública”, como lemos em praticamente todos os decretos da época; ou então como elementos que, entre outros desclassificados da sociedade, “perturbam a ordem, a tranquilidade e a segurança pública” (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 111).

Nesse sentido, o Estado foi chamado a intervir na realidade desta população, na perspectiva de exercer o controle, haja vista que a problemática da criança e do adolescente era interpretada como questão de polícia e não como uma expressão da questão social.

Nessa direção, era em nome da “ordem e do progresso” que o Estado atuava, tendo

¹ As rodas dos expostos se instalaram no Brasil primeiramente nas cidades do Rio de Janeiro, posteriormente Salvador e Recife.

² A maioria dos expositores eram mulheres que engravidavam fora do casamento, escravas exploradas por seus senhores, profissionais do sexo, e ainda famílias que não dispunham de condições financeiras para o provimento de seus filhos.

como grande interventor a polícia que se responsabilizava pela segurança pública. Em síntese, de um lado o Estado atuava de forma repressiva, e de outro, as entidades ligadas à igreja promoviam a caridade aos “abandonados, órfãos e desvalidos”.

Conforme alguns autores que traçam a história da infância no Brasil, foi somente no século XX que houve uma preocupação com a questão dos “abandonados na rua”, sendo que, somente por volta dos anos de 1930, que esta situação tornava-se uma preocupação pública (CARVALHO, 2000). Prova disso, foram os avanços referentes a política social de atenção a criança e ao adolescente, com a implementação do Código de Menores, criado em 1927, que previa as leis de assistência e proteção a esta população, cujo objetivo maior era o de exercer o controle. Para Pilotti e Rizzini (1995, p. 134), o Código veio ao encontro das expectativas do Estado, ou seja, com a intenção de retirar as crianças e os adolescentes das ruas para se “manter a ordem almejada”. Para Veronese (1999, p. 27-8),

O Código de Menores veio alterar e substituir concepções obsoletas como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor de idade, sob a perspectiva educacional. [...]

O Código de Menores institucionalizou o dever do Estado em assistir aos menores que, em face do estado de carência de suas famílias, tornavam-se dependentes da ajuda ou mesmo da proteção pública [...]

A tônica predominante desta legislação menorista era corretiva, isto é, fazia-se necessário educar, disciplinar, física, moral e civicamente as crianças oriundas de famílias desajustadas ou da orfandade.

Dessa forma, Veronese (1999), apresenta os princípios que foram bases no atendimento à criança e ao adolescente nos anos de 1930, o que aconteceu de maneira expressiva “internando os menores” que se apresentavam em situação irregular. Assim, fundamentados no Código de Menores, muitas foram as instituições públicas que surgiram nesta época, com a intenção de prestar atendimento à criança e ao adolescente em situação de rua, sendo que na sua maioria funcionavam como reformatórios. Vale ressaltar que, estes estabelecimentos que possuíam uma visão corretiva e muitas vezes coercitiva do internado, resultavam em situações de violência física, moral, como também sexual, sendo que as vítimas eram as crianças e os adolescentes ali atendidos.

Exemplos destas instituições foi o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), que surgiu em 1941, e objetivava dar atenção aos “menores desvalidos e infratores”. Segundo Irma Rizzini (PILOTTI; RIZZINI, 1995, p. 277), foi o SAM o responsável pelos serviços assistenciais e de orientação prestados às crianças e adolescentes em condição de

vulnerabilidade e/ou envolvidos com o ato infracional encaminhado pelos “Juizes de Menores”. O SAM era ligado ao então Ministério da Justiça e do Interior, e mantinham convênios com instituições particulares para encaminhamentos das crianças e adolescentes que por lá primeiramente passavam.

A instituição tornou-se alvo de críticas, denúncias das diferentes formas de violência, resultando em uma imagem não mais de um local de proteção à criança, e sim como um espaço de “ameaça à criança pobre” (RIZZINI, IRMA, 1995). Dessa forma, o sistema vigente do SAM foi abolido em 1964, atendendo as pressões sociais.

Segundo Vogel (in PILOTTI; RIZZINI, 1995), na década de 1960 a questão social que era tratada com um “caso de polícia” passa a ser vista como “caso de política”, embora as práticas permanecessem coercitivas e primitivas. No sentido de voltar as atenções para a construção de uma nova forma de intervir na realidade da infância e da juventude do Brasil, foram criadas instituições públicas e políticas de atendimento e defesa da criança e do adolescente que vivia em situações em que a polícia e seu poder coativo não teriam condições, nem tampouco competências para resolver.

Neste cenário, de acordo com Liberati e Cyrino (1993), surgem duas legislações voltadas para criança e o adolescente, sendo que, a primeira é a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), que criava a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e a segunda, a reformulação do Código de 1927, resultando num Novo Código de Menores.

Os estudos bibliográficos sobre a FUNABEM relatam que a fundação tinha como principal missão erradicar a política instituída pelo SAM, que tratava de forma coercitiva e corretiva as crianças e os adolescentes “carentes e infratores da lei penal”. Objetivava-se instituir com a FUNABEM o Anti-SAM, valorizando a vida desses indivíduos e os integrando na comunidade e na sua família. Segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004), a idéia inicial da FUNABEM era de ser um órgão normativo, centralizado e incumbido de repassar verbas para as Fundações Estaduais que foram criadas ao longo da existência da Fundação Nacional.

Liberati e Cyrino (1993, p. 42), destacam que, a Política Nacional de Bem-Estar do Menor “veio imprimir uma nova maneira de entender e intervir na realidade social da infância e juventude”. No entanto, as Fundações criadas por esta política, não perderam o estigma de serem instituições de internação de crianças e adolescentes que cometiam furtos, mendigavam nas ruas, ou vendiam artefatos para sobreviverem. Devido o grande aumento da marginalização nas cidades, provenientes do processo de industrialização, as

instituições viam-se lotadas de crianças e adolescentes. Adicionado a isso, havia limitações para o desenvolvimento das FUNABEMs, seja pela insuficiência de recursos, seja pela má execução da política, resultando na precariedade do atendimento. De acordo com Carvalho (2000, p. 186-7),

[...] mesmo sendo o modelo de fundação dotado de flexibilidade na execução da política, o modelo de gestão tecnocrática e centralizador do regime político autoritário, da época, colocava limitações ao desenvolvimento de projetos de acordo com as especificidades regionais e locais (MPAS / FUNABEM, 1987).

Diante do exposto, percebemos que a realidade das FUNABEMs não correspondia com seu objetivo inicial, ou seja, a fundação que tinha como missão superar a prática exercida anteriormente pelo SAM adotava um modelo de atenção repressivo e punitivo às crianças e aos adolescentes.

Ao pesquisarmos autores que levantam questionamentos sobre a forma de assistência destinada à infância e juventude até o início da década de 1980, é possível entender que, o processo de redemocratização vivenciado no país nesta década possibilitou alguns setores, até mesmo os internados, a se organizarem buscando rever os modelos de intervenção da FUNABEM (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; 2004). Neste propósito, atendendo a reestruturação da fundação, ao final da década de 1980, a FUNABEM transformou-se no Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência (CBIA), “assumindo a missão de apoiar a implantação da nova legislação no país” (RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma; 2004, p. 48).

Convém recordarmos que, antes da reestruturação da FUNABEM, no campo jurídico, em 1979 foi aprovado o novo Código de Menores, que se fundamentava na doutrina de situação irregular que viviam as crianças e os adolescentes vítimas de abandono, de diferentes formas de violência, como também aqueles em conflito com a lei. Segundo Pilotti e Rizzini (1995, p. 157), esse Código “refletia a fidelidade dos Juizes de Menores à velha lei de Mello Matos³, adaptando-a aos novos tempos”, a qual não obteve longa duração devido ao processo de transformação em que o país passava.

Os anos de 1980 trouxeram para o país grandes mudanças no que se refere à garantia de direitos, caracterizando-se pelo processo de “reorganização institucional” que levou a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1986, além de ser um

³ Ao falar Lei de Mello Matos, a autora refere-se ao Código de 1927.

período de destaque à atenção aos direitos sociais e as políticas que definem esses direitos (PEREIRA, 2000).

No que se refere às políticas de atenção às crianças e adolescentes, foi com a redemocratização do país, que se verificou uma maior mobilização da sociedade civil em busca de espaços e conquistas. Nesse cenário existiram vários movimentos que se organizavam para defender interesses da infância e da juventude, entre eles: o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor, a Comissão Nacional da Criança e Constituinte, entre outros (SOUZA, 1998).

Vale ressaltar que, dentre a dinâmica desses movimentos sociais, motivados a apoiar e fortalecer a sociedade civil, surgem no cenário nacional, de forma mais intensa, as Organizações Não Governamentais – ONGs⁴, que se diferenciavam das instituições assistenciais e do Estado. Segundo Paz (1999, p.196), “é a partir das décadas de 1960 e 1970 que as ONGs começam a se estruturar”, com o intuito de acompanhar os movimentos sociais que surgiram na época, enfatizando os trabalhos de educação popular.

Quando destacamos o papel de grande relevância desses movimentos e entidades, referimo-nos às mobilizações feitas no país, através de encontros nacionais, debates, divulgação de notícias e mensagens via meios de comunicação, além de abaixo assinados, carta de reivindicação, entre outras formas de manifestações, visando a garantia dos direitos da criança e do adolescente. O surgimento de outros grupos e movimentos vieram ao encontro de um novo padrão de atendimento, no sentido de fortalecer a ideologia de luta pela defesa dos direitos da infância e juventude.

A partir de 1986, com a movimentação para a realização da Assembléia Nacional Constituinte, a sociedade civil se articulou buscando debater a forma e o conteúdo da Nova Constituição (PAZ, 1999). De acordo com Pereira (2000), a mobilização dos movimentos sociais e articulação das entidades, foi de grande relevância para que as políticas sociais se tornassem questão central na agenda de reformas institucionais, que resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988.

⁴ As Organizações Não-Governamentais, também chamadas de Terceiro Setor (pelo fato do Estado ser o primeiro setor, e as organizações produtivas o segundo setor), “são entidades sem fins lucrativos, que prestam serviços voltados ao enfrentamento de determinados problemas sociais” (PAZ, 1999, p.195). De acordo com Komeyama (1999) são quaisquer iniciativas privadas, constituídas juridicamente, que procuram o bem comum da coletividade, desenvolvendo atividades nas áreas da saúde, educação, cultura, lazer, assistência social, meio ambiente, entre outros.

Entre as questões sociais inseridas na Nova Constituição, a inserção de direitos voltados para a infância e juventude foi uma conquista. Em sua composição, nos artigos 204 e 227, a Constituição Federal dispunha sobre a atenção prestada à criança e ao adolescente no país.

O artigo 204 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu princípios de descentralização e municipalização político-administrativa das políticas públicas, além de dispor sobre os mecanismos de democracia e controle social – como a participação da população na formulação e controle desta política. Liberati e Cyrino (1993), destacam o artigo 204 como a “fonte inspiradora” da origem dos Conselhos, afinal foi com a inserção deste artigo, que mecanismos de participação popular e de controle social tornaram-se legalizados.

Já o artigo 227, aborda a questão da criança e do adolescente como prioridade absoluta, e prevê que sua proteção é dever da família, sociedade e Estado, como citamos a seguir:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2004, p. 129).

O artigo exposto introduziu pela primeira vez na história brasileira a questão da infância e juventude em uma Constituição Federal. O que antes era visto como uma política governamental, passa a ser entendida como política pública de responsabilidade paritária entre o governo e a sociedade civil.

Segundo Marco (1997, p. 42), a “Constituição Federal desafia governos e sociedade civil a romper com a tradição autoritária e centralizadora do Estado Brasileiro”. Vê-se então, um caráter democrático, participativo e descentralizado de lidar com as políticas públicas no país, caráter este que nem sempre é respeitado e por isso torna-se alvo de lutas constantes da sociedade civil organizada.

Neste sentido, Menegasso (2002, p. 110), expõe que é importante verificarmos a forma como se desenvolvem estas organizações não governamentais, pelo fato de estarem “associadas à política do Estado Mínimo, bem como a ausência de políticas públicas por parte do Estado”. Ou seja, não podemos retirar do Estado o seu protagonismo quanto à

operacionalização e garantia dos direitos repassando esta responsabilidade para a sociedade civil, por meio de instituições ou ainda para o mercado.

Considerando a necessidade de garantir uma proteção especial à criança e ao adolescente, a sociedade civil organizada lutou pela a efetivação da “doutrina de proteção integral”. Para tal efetivação, a mesma baseava-se no artigo 227 que estava fundada nos princípios e diretrizes da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989⁵.

No tocante a efetivação⁶ da “doutrina de proteção integral”, mediante os esforços de movimentos sociais e organizações empenhadas na defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente, em 1990 foi criado a Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto é uma lei complementar que regulamenta e concretiza os direitos já afirmados na Constituição Federal do Brasil, revogando o Código de Menores de 1979 e passando a reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. No entanto, nem sempre as crianças e os adolescentes são considerados cidadãos, pelo fato de ainda existirem muitos estigmas que perduram na sociedade, impossibilitando que os próprios usuários, sua família e sociedade em geral, reconheçam os direitos conquistados com a Lei nº 8.069/90.

Considerado um marco histórico na conquista da cidadania no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente concebe que crianças e adolescente são pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, e que em função disto, necessitam de cuidados especiais. A lei garante os direitos e deveres a esses cidadãos, determinando uma co-responsabilidade entre a família, a sociedade e o Estado, para defender e garantir a proteção de crianças e adolescentes, o que anteriormente era atribuição do Juiz de Menores, conforme o Código de Menores em vigência na época. Além disso, percebemos que, em consonância com o artigo 204 da Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, define um sistema de participação, formulação e controle das ações públicas desenvolvidas para a infância e juventude.

⁵ De acordo com Veronese (1994) a Convenção Internacional dos Direitos da Criança trata de um instrumento que expressa os direitos das Crianças e dos Adolescentes, de forma clara, participativa e não discriminatória.

⁶ Ao falarmos sobre a efetivação da “doutrina de proteção integral”, convém lembrarmos que esta compõe uma luta constante, visto que nos dias atuais ainda não foram conquistados na prática todos os direitos da Criança e do Adolescente.

Dentre os seus 267 artigos, a Lei nº 8.069/90 prevê a criação de um sistema de garantias com linhas de ação baseadas nas políticas sociais básicas, entre elas a Assistência Social, conquistada na Constituição Federal e regulamentada na Lei nº 8.742, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 7 de dezembro de 1993. A LOAS (2003) traz em seu contexto a atenção à criança e ao adolescente, objetivando cumprir e fortalecer o artigo 227 da Constituição Federal e as diretrizes previstas no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de assegurar o cumprimento da lei de proteção integral, traz no artigo 88 as diretrizes da política de atendimentos à infância e adolescência e prevê a criação dos Conselhos de Direitos. Neste sentido, os Conselhos de Direitos são órgãos paritários e deliberativos, com função normatizadora e controladora das políticas de atenção à criança e ao adolescente nas três instâncias: federal, estadual e municipal. Para Gomes (1999, p. 66), os Conselhos são “condutos formais de participação social”; são espaços democráticos, de discussão, negociação e muitas vezes de conflito entre os representantes que deles participam.

A partir da vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente, foram implementados e implantados os Conselhos Municipais e Estaduais, além do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O Conselho Nacional foi instituído no dia 12 de outubro de 1991, pela Lei Federal nº. 8.242/91, nos termos delineados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e teve como objetivo principal estimular a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente no país. Dentre suas atribuições destacam-se a elaboração das normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a fiscalização das ações de execução e a avaliação das políticas estaduais e municipais, bem como da atuação dos conselhos estaduais e municipais (LIBERATI; CYRINO, 1993).

No que tange a implantação e funcionamento dos Conselhos Municipais, devemos destacar a importância dos Fóruns Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), e suas discussões no processo de construção dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Foi no ano de 1988, a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente, que o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum Nacional DCA) e os Fóruns Estaduais foram instituídos. Com o intuito, em princípio, de implantar os Conselhos Municipais, os Fóruns DCA tornaram-se espaços de articulações entre as entidades. Neste sentido, conceituamos o Fórum DCA

como um espaço de organização das entidades não governamentais que desenvolvem projetos de discussão pela garantia e defesa dos direitos da infância e juventude.

Após a implantação dos Conselhos, os Fóruns mantêm-se até hoje como “um espaço de formação política e de luta permanente pelos direitos da criança e do adolescente” (CARVALHO, 1999, p. 27). O Fórum DCA é um espaço aberto, público e próprio para expressar opiniões no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes, além de elegerem os representantes da sociedade civil que participam do CMDCA.

Em Florianópolis, o Fórum DCA é criado pela lei nº 3.794/92, a mesma lei que institui os Conselhos Tutelares, órgãos responsáveis pelo atendimento à criança e ao adolescente em suas necessidades político-sociais; e cria o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, espaço em que desenvolvemos o estágio curricular⁷, *locus* privilegiado da pesquisa que será detalhada no próximo item.

1.2 APRESENTANDO O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS⁸

Em consonância com a realidade do cenário nacional em que os Conselhos Municipais foram sendo criados, Florianópolis cria em julho de 1992, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a lei nº 3.794/92, que dispunha sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no município.

A partir do estabelecimento da Constituição Federal, *fonte inspiradora*, e do estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, *fonte normatizadora* dos Conselhos, em agosto de 1991 Florianópolis se mobilizou para implantar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (LIBERATI, CYRINO, 1993).

⁷ O Estágio Curricular Obrigatório compõe uma das etapas do processo ensino-aprendizagem do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, o qual o aluno passa a observar e acompanhar o processo de trabalho do Assistente Social na instituição ou órgão que desenvolve o estágio.

⁸ Em vista da falta de documentação no CMDCA de Florianópolis para o desenvolvimento deste item a construção do mesmo será baseada em um levantamento cronológico que apresenta sinteticamente as atividades desenvolvidas pelo CMDCA desde a sua criação até meados do ano de 1997. Vale ressaltar que desde o ano de 2001, a secretaria executiva do CMDCA, registrou a falta do livro ata referente aos anos de 1993 a 1997. Contaremos também, com os registros feitos no Diário de Campo no período de estágio, ou seja, de janeiro a julho de 2005.

No entanto, para que ocorresse a implantação do CMDCA em Florianópolis, foi enviado à gestão municipal da ocasião, um anteprojeto de lei que propunha estabelecer uma atenção à criança e ao adolescente no município; o prefeito, figura que representava o poder municipal, por sua vez, analisou o anteprojeto e o encaminhou à Câmara dos Vereadores, que posteriormente, em julho de 1992 aprovou a lei sob o nº 3.794/92 (SAMPAIO, 2004). Esta lei dispunha sobre: as políticas de atendimento às crianças e adolescentes do município; o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; o fundo municipal da criança e adolescente, e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), regulamentando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com o Instituto de Estudos e Pesquisas (IEE), para que ocorra a implantação e o funcionamento dos Conselhos,

[...] é fundamental que a lei municipal e a composição do Conselho de Direitos seja precedida e fundamentada em discussões amplas e contínuas, através de Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fóruns DCA) ou assembleias populares. (CARVALHO, 1999, p 25),

Neste sentido, utilizando-se do espaço do Fórum DCA, Florianópolis desenvolve a lei municipal que, dentre o já descrito, estabelece mecanismos capazes de promover a garantia de direitos à infância e à adolescência em maior âmbito, buscando a qualidade na gestão dessas políticas. Em seu Título III, “fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento”, determina que o CMDCA seja composto paritariamente, conforme o já estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, por membros titulares e suplentes⁹; sendo escolhidos respectivamente pelo Fórum DCA¹⁰ e pela figura do prefeito.

Em nível nacional, os Fóruns DCAs foram de grande importância para o processo de instituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em Florianópolis. Depois de sancionada a lei nº 3.794/92, com o objetivo de formar o Fórum

⁹ Na ocasião, a Lei dispunha sobre a formação do CMDCA com doze membros titulares e doze suplentes, atualmente o Conselho é composto por quatorze membros titulares, e quatorze suplentes de acordo com a Lei nº 6565/04 que altera a lei que cria o CMDCA em Florianópolis. Esta informação poderá ser verificada no anexo A deste trabalho.

¹⁰ Os representantes das organizações não governamentais são escolhidos através de eleição realizada pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essas organizações

Municipal e assim proceder ao processo de eleição dos representantes não governamentais do CMDCA, foi criada por determinação do artigo 16 desta lei, uma comissão provisória, que se constituía pelos seguintes representantes:

[...] 02 representantes da Secretaria de Educação, 01 da Câmara de Vereadores, 01 da Procuradora Geral do Município, 01 da Secretaria Municipal de Saúde, 01 da Secretaria Municipal de Finanças, 01 representante da Ação Social Arquidiocesana, 01 da Associação Florianópolis de Voluntários, 01 da Comissão Local de Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, 01 do Lar São Vicente de Paula, 01 da Escola de Pais e 01 Representante do Núcleo da Criança e do Adolescente.

Com o fórum constituído, em setembro de 1992, foi possível realizar a primeira assembléia do Fórum Municipal das Organizações Não-Governamentais dos Direitos da Criança e do Adolescente, que por sua vez elegeu as seis entidades que representariam a sociedade civil no CMDCA de Florianópolis. Após a eleição dos representantes não governamentais, o CMDCA poderia ser instalado, porém, em virtude da não nomeação dos representantes do poder público por parte da gestão municipal, a instalação do Conselho não pôde ser concretizada naquele momento. Vale ressaltarmos que neste período o Fórum DCA permanecia reunindo-se na intenção de formar um plano de trabalho e uma proposta de regimento interno para o Conselho Municipal.

Somente três meses após a eleição dos representantes da sociedade civil, ou seja, em dezembro de 1992, o CMDCA foi instalado em uma sala da Câmara Municipal, e funcionou de forma precária em razão da ausência dos representantes governamentais (SAMPAIO, 2004). Seu efetivo funcionamento se deu apenas em abril de 1993, em que o prefeito da gestão 1993–1996, nomeou os conselheiros governamentais e referendou todos os representantes.

No que se refere ao funcionamento do CMDCA, destacamos que na época, durante os encontros realizados em um espaço da Câmara dos Vereadores, os conselheiros discutiam a forma de exercer as funções do Conselho, sendo que neste sentido, foi aprovado o regimento interno. De acordo com Liberati e Cyrino (1993), o regimento interno consiste em uma das fontes formais da origem dos Conselhos, os autores o chamam

devem atender o público infante juvenil e possuir registro da entidade e inscrição dos seus programas no CMDCA, conforme solicita o Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

de *fonte regulamentadora*¹¹, que possibilita a regulamentação do Conselho. Baseados no pensamento de Teixeira (2000), consideramos o regimento interno como um instrumento facilitador das ações do CMDCA, ao definir as regras para o funcionamento do mesmo, possibilitando a organização do trabalho cotidiano dos conselheiros. O regimento interno do CMDCA de Florianópolis¹² dispõe sobre sua estrutura, sua composição e atribuições e apresenta sua organização interna e seu funcionamento. As definições presentes no regimento interno “são importantes e quando não estão regulamentadas, dificultam a operacionalização do Conselho [...]” (TEIXEIRA, 2000, p. 76).

Para o funcionamento regular de um conselho, é preciso ter uma infra-estrutura e um suporte administrativo sustentável para que suas funções sejam efetivadas. Neste sentido a necessidade de adquirir uma infra-estrutura adequada para o funcionamento do Conselho foi pauta presente nas primeiras reuniões do CMDCA, sendo que a precariedade do atendimento e das condições de trabalho ainda constituem-se obstáculos presentes também nos dias atuais.

Dentre os trabalhos desenvolvidos pela primeira gestão do CMDCA, eram prioridades: a regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ocorreu em 22 de abril de 1993, sob o decreto nº 208/93; a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente; o registro das entidades que desenvolviam trabalhos com crianças e adolescente no município; e a criação do Conselho Tutelar, “[...] órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do Adolescente” (Art. 131, Estatuto da Criança e do Adolescente), aprovado pela lei 4.283/9

A respeito do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conhecido Fundo para Infância e Adolescência (FIA), sua natureza jurídica trata-se “de uma reserva financeira posta à disposição da política de atendimento” (LIBERATI; CYRINO, 1993, p. 186). O Estatuto da Criança e do Adolescente traz em seu artigo 88, IV, a vinculação do Fundo junto ao Conselho de Direitos, o que significa dizer que nenhum recurso poderá ser destinado ou aplicado sem a aprovação do Conselho. No entanto, a

¹¹ O autor refere-se à fonte regulamentadora os decretos do Executivo e os regimentos internos do Conselho, que dão forças à legitimidade e regulamentam as ações desenvolvidas pelo CMDCA. Vale lembrar que Libertati e Cyrino (1993) trazem como fontes formais da criação dos conselhos a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente como fonte inspiradora e normatizadora respectivamente, citada no início deste item, e a lei municipal como fonte criadora dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

¹² O Regimento Interno do CMDCA de Florianópolis pode ser visto no Anexo B deste trabalho.

gestão contábil do fundo, se dá pelo órgão do governo em que o Conselho encontra-se administrativamente vinculado.

A respeito das ações do CMDCA referente à publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1994, com o objetivo de divulgar os direitos da infância e juventude, o Conselho articulou a publicação e distribuição de mil exemplares da lei.

Quanto ao registro das entidades em 1994, o CMDCA passou a ter este assunto como pauta de seus trabalhos e realizou ações neste sentido. Por imposição estatutária, as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal. E, é o Conselho quem controla o registro, autorizando ou não o funcionamento das entidades de atendimento, tanto as entidades não-governamentais, quanto as governamentais são obrigadas a inscrever seus programas no Conselho. O controle, aqui, então será sobre a ação política das entidades que deverão atender aos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, no tocante aos direitos fundamentais e especiais.

Estando as entidades registradas, o Conselho Municipal comunicará o fato ao Conselho Tutelar e à autoridade judicial local, que por sua vez, juntamente com o Ministério Público, exercerão a fiscalização necessária. Segundo Sampaio (2004, p. 46), “com um processo de registro/inscrição adequado, o exercício do controle social das políticas voltadas à infância e à juventude serão mais efetivos, resultando benefícios aqueles que se destinam tais políticas: crianças e adolescentes”.

É importante destacar que, no início, equivocadamente o CMDCA realizou um cadastramento das entidades, inclusive daquelas que desenvolviam programas que não possuíam perfil para tanto. Somente no ano de 2001, após um longo processo de estudo, o CMDCA normatizou o processo de registro de entidades e inscrição dos programas, atendendo os princípios dispostos no artigo 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente¹³.

¹³ Os artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre: Art. 90. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programas de proteção e sócio-educativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de: I - orientação e apoio sócio-familiar; II - apoio sócio-educativo em meio aberto; III - colocação familiar; IV - abrigo; V - liberdade assistida; VI - semiliberdade; VII - internação. Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder a inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária. Art. 91. As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois

Outra ação do CMDCA que destacamos no ano de 1994, foi a realização do processo eletivo dos Conselheiros Tutelares, sendo que, no mês de julho do respectivo ano ocorreram as eleições, e foi composta a primeira equipe do Conselho Tutelar. Neste sentido, a fim de qualificar estes conselheiros eleitos, o Conselho Municipal realizou encontros de formação sobre os direitos da criança e do adolescente, sendo que somente em outubro de 1994, a exemplo do CMDCA em condições estruturais precárias, o Conselho Tutelar¹⁴ teve início das suas atividades.

Ainda no ano de 1995, o CMDCA iniciou uma campanha de arrecadação de recursos para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, objetivando divulgar as possibilidades das deduções sobre o imposto de renda.

Procedendo na história de criação do CMDCA em Florianópolis, no ano de 1996, com a posse de uma outra gestão de conselheiros, visto que as gestões tem função por 3 anos, o Conselho de Florianópolis, contava com uma secretaria administrativa sistemática e com melhores condições de desenvolvimento administrativo. Neste mesmo período, após quatro anos de sua criação, fazendo valer a decisão da plenária, o CMDCA divide suas atividades em comissões temáticas permanentes, compostas por conselheiros e colaboradores¹⁵, a fim de discutir as ações do CMDCA em sua especificidade. Segundo Liberati e Cyrino (1993, p. 93), as comissões temáticas significam,

[...] agrupar algumas pessoas, membros do conselho, em torno de assuntos e temas aos quais essas pessoas estejam mais vinculadas ou identificadas, facilitando a realização de estudo sobre situação local, em cada área ou tema próprio da Comissão.

de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Parágrafo único. Será negado o registro à entidade que: a) não ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança; b) não apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei; c) esteja irregularmente constituída; d) tenha em seus quadros pessoas inidôneas.

¹⁴ Cabe aqui, informar a problemática vivenciada pelo Conselho Tutelar, nos dois primeiros meses do ano de 1995, que se tornou alvo das discussões do CMDCA, posto que anterior à criação do Conselho Tutelar, o atendimento prestado à infância e adolescência em Florianópolis era atribuição do programa SOS Criança, no entanto com o reordenamento de funções houve um choque de competências entre o órgão e o programa.

¹⁵ Os colaboradores do CMDCA de Florianópolis são pessoas interessadas e/ou profissionais que atuam na área da infância e juventude e prestam assessoria, de forma voluntária ao Conselho.

As comissões são cruciais no que tange à eficiência dos trabalhos desenvolvidos pelo CMDCA, posto que, a partir do estudo de um assunto específico, é possível esclarecer e tirar conclusões prévias sobre o tema.

Assim, para a decisão da comissão tornar eficiente, é necessário apresentá-la à plenária, que com seu poder deliberativo analisará as conclusões e irá deliberar encaminhamentos sobre o assunto.

No momento de instalação das comissões temáticas em Florianópolis, as comissões sugeridas, e que até hoje fazem parte do funcionamento do CMDCA são: Políticas Públicas e Divulgação¹⁶, Fundo Municipal¹⁷, Registro e Diagnóstico¹⁸ e Conselho Tutelar, no entanto, outras comissões provisórias podem ser articuladas para tratarem de temas que esporadicamente necessitem de atenção mais focalizada.

Para compreender a função das comissões temáticas existentes no CMDCA de Florianópolis, iremos explicitá-las de forma individualizada.

Comissão de Normas e Monitoramento – É a comissão responsável pelo processo de registro das entidades e inscrição dos programas¹⁹. Primeiramente os membros analisam as documentações encaminhadas pelas entidades ou programas, posteriormente os conselheiros procedem às visitas necessárias, a fim de verificar “in loco” as condições de atendimento das instituições. Diante do verificado realizam os pareceres a serem apresentados em plenária, indicando a possibilidade ou não do registro, inscrição no Conselho. A plenária deliberando favorável ao registro da entidade é emitida os certificados de registro. Esta comissão ainda é responsável em propor resoluções para a normatização dos processos de registro e estudar e sugerir ações relativas a normatização do CMDCA.

Comissão de Finanças – Tem como principais funções discutir e encaminhar assuntos relativos à política de atenção de Crianças e Adolescentes no município; Propor campanhas de captação de recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA; Participar da elaboração e proposição do de um plano orçamentário para utilização do FIA; Propor junto com a comissão de políticas e divulgação, um plano

¹⁶ Atualmente nomeada Comissão de Políticas, visto que no dia 08 de abril de 1996 foi extinta desta comissão as ações de divulgação das ações e funções do CMDCA.

¹⁷ Atualmente o CMDCA nomeia esta comissão como “Comissão de Finanças”.

¹⁸ Hoje denominada de Comissão de Norma e Monitoramento.

¹⁹ Ver anexo C, Fluxograma de Registro/Inscrição (SAMPAIO, 2004).

de aplicação de recursos para o FIA; Analisar a aplicação dos recursos captados pelo Fundo.

Comissão de Políticas – Esta comissão é responsável pelo planejamento e coordenação das Conferências Municipais, dos Seminários e das outras formas de publicização dos direitos da Criança e do Adolescente, bem como é responsável pelos encaminhamentos desses eventos, transformando os indicativos ou resultados dos eventos em estratégias e propostas de ação. Os membros desta comissão têm como função acompanhar a elaboração e a implementação do Plano Municipal para a Infância e Adolescência e propor planos para aplicação dos recursos do FIA. Os integrantes desta Comissão são responsáveis em receber e analisar os relatórios estatísticos dos Conselhos Tutelares, os quais subsidia as deliberações do CMDCA, além de analisar e elaborar pareceres de projetos para o município considerando a sua inserção na Política da Infância e Juventude;

Comissão do Conselho Tutelar – Nesta comissão, os conselheiros realizam o recebimento e encaminhamento dos assuntos relativos aos Conselhos Tutelares para as outras comissões e plenárias, mobilizam os programas Governamentais e as Organizações Não-Governamentais para o processo seletivo e realizam as eleições para a escolha dos Conselheiros Tutelares. Tem função de receber e apurar as denúncias movidas em desfavor dos Conselheiros Tutelares além de receber e providenciar encaminhamentos para os pleitos do conselho tutelar e são responsáveis em viabilizar férias, licenças, substituições de Conselheiros, através do Poder Executivo.

No sentido de apresentar o CMDCA de Florianópolis, é interessante destacar que a dinâmica de seu funcionamento se dá por meio de reuniões plenárias, reuniões das comissões temáticas, como apresentamos anteriormente, e outros eventos. Conforme seu regimento interno os conselheiros municipais se reúnem uma vez ao mês, ou se há a necessidade realizam reuniões extraordinárias. Estas são realizadas em forma de reuniões plenárias para discutirem sobre as demandas recebidas no mês, referentes a temática da criança e adolescente no município, e desta surgem decisões que são manifestadas por meio de resoluções, deliberadas pelos representantes da sociedade civil e do poder público.

Como uma das formas de exercer a democracia e obter participação da sociedade junto ao CMDCA, as Conferências se constituem um espaço em que a sociedade civil e o poder público refletem e discutem as diretrizes necessárias de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Face ao desenvolvimento das atividades do CMDCA, as Conferências constituem-se como um dos principais eventos no que se refere aos direitos da Criança e do Adolescente. Neste sentido, vale ressaltar o avanço da participação popular frente aos direitos da infância e adolescência, estimulado pela mobilização do Conselho Municipal, explicitado na realização das Conferências Municipais.

A Iª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi realizada em novembro de 1996, contou com o apoio do Ministério Público, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Santa Catarina (CEDCA-SC). Na ocasião os participantes discutiram sobre os eixos políticos indispensáveis para o desenvolvimento da Criança e do Adolescente no município, como saúde, habitação, esporte, lazer, educação, cultura, assistência social, entre outras. Participaram desta conferência 114 pessoas, estas representantes de organizações não-governamentais e dos programas do poder público municipal.

Em Florianópolis, a IIª Conferência Municipal, se realizou no ano de 1999, a qual despertou a necessidade de se discutir e construir novos indicadores, sistematizando os resultados das conferências a fim de operacionalizá-los.

A IIIª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorreu em julho de 2001, sendo que paralelo ao evento, o CMDCA realizou a Iª Conferência Municipal dos Adolescentes. A participação das crianças e os adolescentes nas Conferências foi de fundamental importância, pois é através da participação, que as crianças e adolescentes contribuem, mostrando a realidade em que vivem, para si mesmo e para sua comunidade, oportunizando um maior entendimento sobre seus direitos.

Em 2003, junto a IVª Conferência Municipal, foi realizada a IIª Conferência dos Adolescentes, que contou com participação de cem meninos e meninas provenientes das seis principais regiões de Florianópolis. A discussão da conferência gerou indicativos que refletiam a realidade de cada comunidade, suas necessidades no tocante aos direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse mesmo sentido, foi realizada a Vª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a III Conferência Municipal dos Adolescentes, em agosto de 2005, com o objetivo de avaliar a política e as ações de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento.

Ao desenvolvermos este tópico sobre a apresentação do CMDCA em Florianópolis, destacamos a criação de outros Conselhos Municipais em todo o Estado;

sendo que no ano de 2000, na gestão de 1999–2002 do governo estadual, foi sancionada a lei nº 11.603, que dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios de Santa Catarina (SAMPAIO, 2004).

No contexto do funcionamento dos Conselhos, o CMDCA de Florianópolis, durante o período de 2002 até meados de 2004, passa a não ser mais um órgão paritário, contrariando sua “fonte inspiradora e normatizadora”. Em 11 de julho de 2002, segundo Sampaio (2004, p. 35) a gestão municipal, “após intervenção do Ministério Público, em função da morosidade para a indicação dos Conselheiros governamentais, emite o Decreto nº 1533”, que nomeia cinco conselheiros titulares e cinco suplentes, representantes do poder público, e seis conselheiros titulares e seis suplentes, representantes da sociedade civil, quebrando assim a paridade de sua composição. O poder municipal assim o fez devido um parecer do tribunal de contas alegando a incompatibilidade do Conselho ser composto por membros da Câmara dos Vereadores. Diante deste decreto, sem o conhecimento do CMDCA, a Câmara aprovou a Lei nº 6134/02 que dentre um dos seus parágrafos traz a retirada da representação do órgão legislativo em alguns conselhos de Florianópolis, entre eles do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Não concordando com a composição ilegal que o CMDCA se encontrava, os conselheiros municipais não mediram esforços para alterar a lei nº 3.794/92. Muitas reuniões da Comissão de Normas e Monitoramento, e as Plenárias do CMDCA tiveram este assunto como um ponto de pauta, que resultou na construção de uma proposta de alteração, indo ao encontro do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, legalizando o CMDCA de Florianópolis como um órgão paritário.

Mesmo não sendo composto paritariamente, observamos que, no ano de 2004, os conselheiros municipais exerceram suas funções com o objetivo de visar a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Foi um ano marcado pela participação de conselheiros em eventos dentro e fora do Estado; por seminários de formação e qualificação dos conselheiros, seminário de comemoração do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros. Todos os eventos foram promovidos pelo CMDCA, além de fomentar discussões a respeito da criação de uma política voltada à atenção à crianças e adolescentes usuários de drogas, bem como discussões sobre a operacionalização de um sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente.

A partir do ano de 2004, passamos a fazer parte do corpo técnico administrativo da secretaria dos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e

do Adolescente, como estagiária extracurricular²⁰. No entanto, a experiência de estágio neste momento se resume à adaptação e conhecimento do espaço dos Conselhos, bem como o conhecimento da política pública em discussão.

Referindo-se à composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2004, a Lei nº 6565/04 vem alterar a Lei nº 3.794/92, em que o artigo 12 passa a dispor que o CMDCA “será composto, paritariamente, por 14 (catorze) membros, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) representantes da Sociedade Civil”. Porém, o próprio CMDCA não tinha conhecimento desta alteração²¹, tornando este assunto ponto de pauta de algumas reuniões da Comissão de Normas e Monitoramento e reuniões Plenárias.

Com a mudança de governo municipal, em fevereiro de 2005 (gestão 2005-2008) foram nomeados os representantes governamentais para comporem o CMDCA, baseando-se na Lei 3.794/92 sem suas devidas alterações, continuando um órgão sem paridade. Foi somente em maio de 2005, com um novo decreto do poder público municipal, este baseado na lei nº 6565/04, que o CMDCA passou a ser paritário.

Ressaltamos aqui o conceito de paridade que segundo Liberati e Cyrino (1993, p. 75), “significa igualdade numérica”. Como já apresentamos anteriormente, a lei que cria o Conselho Municipal, sendo ele um órgão paritário, informa que deverá existir a mesma quantidade de membros representantes da sociedade civil e do poder público na sua composição. Assim, o conceito de paridade não deve estar ligado somente à quantidade, fazendo-se cumprir um privilégio legal, ou seja, “[...] a igualdade numérica não pode ser vista como sinônimo de equilíbrio para tomada de decisões, outros aspectos como disponibilidade de tempo, acesso a informações, também precisam ser considerados” (CLAUDINO, 2005, p.11).

Diante do exposto, apresentamos uma das dificuldades enfrentadas pelo CMDCA, posto que por um lado o órgão não possuía legitimidade para exercer sua função, devido sua composição ir contra a condição de igualdade numérica, por outro lado, hoje apresenta-se de forma não paritária em sua prática, pelos motivos expostos acima, de acordo com

²⁰ Vale destacar que no município de Florianópolis, a secretaria executiva do CMAS e do CMDCA sempre esteve localizada na mesma sala. De acordo com o exposto, enquanto fazíamos o estágio extracurricular atuávamos nos dois Conselhos.

²¹ É interessante ressaltarmos que a lei 6565/04 tornou-se conhecida pelo CMDCA quando por ventura um colaborador, ao pesquisar a Lei 3.794/92 no site da Câmara Municipal, percebeu que a mesma já havia sido alterada, este por fim, apresentou ao CMDCA, que tomou as devidas providências para se fazer o cumprimento da lei normatizadora dos Conselhos.

Claudino (2005). Teixeira (2000), afirma que isto é uma assimetria, que impossibilita a verdadeira paridade entre os conselheiros.

Retomando o processo histórico do Conselho no município de Florianópolis ressaltamos que, em 2005, o CMDCA que está vinculado administrativamente a atual Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, passou a ter seu espaço da Secretaria Executiva sediado em uma sala próxima à Secretária Municipal.

Neste momento da história, não podemos deixar de registrar que se iniciou o Estágio Curricular Obrigatório, deixando de ser um trabalho administrativo somente e passando a ser um momento de observação e avaliação do processo político que o CMDCA oferecia. Desta forma, atendendo as diretrizes da disciplina de Estágio Curricular, desenvolvemos o diário de campo, no qual registramos as atividades desenvolvidas no órgão.

Reflexos do processo de aprendizagem oportunizados no espaço do estágio foi a observação, quanto à mudança da sede do CMDCA e do CMAS, sendo registrado da seguinte forma no diário de campo:

[...] A sala ainda não possui uma infra-estrutura adequada para se trabalhar. Não possui um linha telefônica nem acesso a internet, nem mesmo distribuição de energia elétrica para ligarmos os computadores, e ainda não possui ar condicionado.

Em termos de espaço para organização da sala, eu achei que a mudança foi positiva, pois na mesma sala funcionam os dois Conselhos (da Criança e Adolescente e da Assistência Social), e no Complexo Ilha Criança a sala era menor que na Secretaria. Porém não sei se é positivo quando se fala em Conselho de Direitos, pois o vejo como um espaço de participação popular, de discussão entre poder público e sociedade civil. Penso que tendo sua sede inserida dentro da Secretaria o órgão pode ser visto como uma extensão da Prefeitura, tanto pelos cidadãos, quanto pelo poder público (SILVA, 2005, p. 3).

De acordo com o relato, vale registrar que as ações do CMDCA por alguns meses foram prejudicadas, pois somente no mês de março de 2005, o CMDCA retomou suas atividades.

Registramos que desta data até julho de 2005, o CMDCA obteve algumas conquistas no que concerne a criação de uma Política de Atenção Integral à Criança e aos Adolescentes Usuário de Drogas; a discussão de um Sistema de Atenção às Crianças e Adolescentes; a possibilidade de estabelecer uma articulação entre os atores da garantia de direitos; a participação de conselheiros em eventos na temática dos Conselhos de Direitos; entre outras.

Convém salientarmos que, apesar das dificuldades enfrentadas nos primeiros meses de 2005, o CMDCA seguindo o seu planejamento, executou algumas ações merecendo destaque, como: a continuidade na articulação para a implantação da política de atenção à criança e o adolescente usuário de drogas, o que resultou na assinatura de um protocolo, responsabilizando os chefes do executivo estadual e municipal; e o evento para discussão e articulação do Sistema de Garantia de Direitos. No entanto, essas ações foram normatizadas através do CMDCA, mas não foram efetivadas até a presente data.

Constatamos alguns impasses, dentre os quais destacamos o processo que se refere às deliberações da realização da V Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, III Conferência Municipal do Adolescente e I Conferência Municipal da Criança, em que foi prevista também a realização de oito pré-conferências.

Esses impasses, muitas vezes, levaram o Conselho a perder de vista a conquista da sua efetividade, e conseqüentemente, de sua eficácia. Conforme descreve Teixeira (2000, p. 94),

muitas vezes o Conselho define normas, diretrizes ou decisões compatíveis com os interesses da comunidade, mas como contrariam os interesses do poder dominante, estas deliberações não são executadas.

Diante do exposto, convém esclarecermos que, pelo fato do CMDCA estar vinculado administrativamente a uma Secretaria, e que a mesma possui a função de gestão do FIA, não significar dizer que, o órgão está subordinado à prefeitura, nem mesmo dá o direito do poder executivo desqualificar a decisão deliberada pelos Conselheiros em uma reunião Plenária. Neste sentido, quando as deliberações não são respeitadas torna-se “restrita a autonomia dos Conselhos em relação à elaboração e controle da execução de políticas públicas”. (TEIXEIRA, 2000, p. 104).

A deliberação é uma especificidade dos Conselhos de Direitos e, para Liberati e Cyrino (1993), a palavra deliberar significa a decisão sobre algo que se discute. No entanto, quando se perde a autonomia e o respeito pelas deliberações, é necessário buscar estratégias, junto à sociedade civil organizada e o Ministério Público, para resgatar o poder de decisão desses órgãos.

Observamos no decorrer do período em que estivemos inseridos no espaço do CMDCA, que existem resistências que impedem a viabilização do funcionamento dos Conselhos, posto que, não raras às vezes, são desrespeitados seu caráter de deliberação ou

suas atribuições; as informações a respeito do órgão são pouco divulgadas e as ações do Estado nem sempre são transparentes e visíveis à população (MARCO, 1999).

Diante da trajetória histórica e de alguns esclarecimentos sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis, foi possível observarmos que o referido órgão vem somando esforços e enfrentando impasses para atender os princípios da proteção integral e prioridade absoluta.

Para tanto, entre outras ações, é interessante que o CMDCA seja reconhecido pela sociedade como um espaço de defesa do interesse público e co-gestor do Poder Público no que concerne à política municipal de proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, o desafio está em tornar público este “[...] espaço plural em que emergem tensões, conflitos e também consensos”. (MACHADO, 1999, p. 102).

Assim sendo, com o intuito de entender sobre o desafio de tornar o CMDCA um espaço reconhecido publicamente pela sociedade, iremos apresentar no próximo capítulo a pesquisa realizada junto às entidades registradas no CMDCA.

2 A COMPREENSÃO DO CMDCA NA PERSPECTIVA DOS DIRIGENTES DAS ENTIDADES REGISTRADAS NO CMDCA DE FLORIANÓPOLIS

No segundo capítulo deste trabalho, apresentaremos a pesquisa realizada frente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de analisar o entendimento dos dirigentes das entidades registradas neste órgão a respeito das funções do CMDCA.

Para balizar o objeto elencado acima apresentaremos inicialmente as motivações que sustentaram a pesquisa, bem como a metodologia utilizada neste trabalho, para que a partir deste balizamento tenhamos condições de compreender o que está disposto no item 2.2, ou seja, a questão da (des)informação dos dirigentes das entidades a respeito do CMDCA.

2.1 COMPREENDENDO O UNIVERSO DA PESQUISA

O período de estágio realizado no CMDCA de Florianópolis foi de suma importância para a construção desta pesquisa, pois possibilitou verificar a prática do trabalho do Assistente Social, entender o órgão como possibilidade importante para a atuação do profissional de Serviço Social e, como espaço de luta para garantia de direitos.

Como citado no item anterior, o Estágio foi desenvolvido entre os anos de 2004 e 2005, sendo compreendido como estágio curricular obrigatório o primeiro semestre de 2005.

O estágio curricular obrigatório e o projeto de intervenção, solicitado pela disciplina “Estágio Curricular Obrigatório” da 7ª fase, foi desenvolvido a partir da Comissão de Normas e Monitoramento do CMDCA de Florianópolis, cujas atribuições são ressaltadas no primeiro capítulo deste trabalho. O objetivo geral do projeto de intervenção era garantir que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tivesse cobertura total dos registros das entidades e inscrição dos programas que possuem regime de atendimento previsto no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Durante este período desenvolvemos algumas pesquisas bibliográficas e documentais objetivando conhecer o percurso histórico e o funcionamento do CMDCA,

bem como, para compreender as possibilidades de intervenção do assistente social neste referido órgão, entendendo que o estágio configura-se um espaço privilegiado para tais reflexões. Essas pesquisas proporcionaram um conhecimento teórico essencial para a elaboração do plano e relatório final de estágio, além de oportunizar uma reflexão sobre a prática do profissional de Serviço Social no âmbito dos Conselhos.

A partir da realização das atividades que nortearam o projeto de intervenção de estágio, foi possível observar que algumas entidades no município de Florianópolis desenvolviam atividades de atenção à criança e adolescente sem possuir o registro no CMDCA, indo de encontro do artigo 90 do Estatuto da Criança do Adolescente. Nesse sentido, foi possível identificar a partir das entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social que, 28 entidades que desenvolvem programas com regime de atendimento previsto no artigo 90 ao Estatuto da Criança e do Adolescente, não possuíam registro da entidade e inscrição de seus programas no CMDCA de Florianópolis.

Diante disto, percebemos a necessidade de pesquisar sobre o entendimento da sociedade quanto às funções do Conselho Municipal, posto que, durante o estágio nos perguntávamos: por que este órgão não é hoje um espaço plenamente reconhecido e legitimado, tendo em vista seu caráter participativo, deliberativo e controlador das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente?

Desta questão referendada, surgiu como proposta de pesquisa fazer um levantamento referente ao entendimento da sociedade, aqui representada pelos dirigentes das entidades registradas no CMDCA, a respeito deste espaço de interlocução. Neste sentido desenvolvemos esta pesquisa, cuja conceituação se define

[...] como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de processos científicos (GIL, 1999, p. 43).

Ou seja, o pesquisador desenvolve estudos detalhados sobre uma determinada situação ou problema, com o interesse de solucionar ou ampliar seu conhecimento perante o determinado objeto de estudo. Desta forma, a situação/problema desta pesquisa primeiramente estava em conhecer o entendimento da sociedade, quanto às funções do conselho, sua importância e atribuições.

No entanto, em função da amplitude do universo a ser pesquisado, ou seja, a sociedade de uma forma geral, optamos por representá-la pelas entidades registradas no

CMDCA até o ano de 2004, por meio dos dirigentes destes respectivos espaços, o que vai ao encontro da afirmação feita por Gil (1999, p. 99), que em situações em que “quando um pesquisador seleciona uma pequena parte de uma população, espera que ela seja representativa dessa população que pretende estudar”. Logo, a idéia que era a de verificar o conhecimento, em princípio da sociedade de uma forma em geral, tornava-se inviável, em virtude da abrangência deste universo, entendemos então, que este segmento poderia ser representado pelas entidades que possuem o registro no CMDCA.

Diante dessa representação verificaríamos o entendimento que se tem a respeito do próprio CMDCA, e assim obteríamos subsídios para avançarmos na publicização deste espaço, bem como fortalecer e legitimar este *lôcus* que deve ser público, transparente, e acima de tudo, instrumento garantidor dos direitos das crianças e adolescentes. Para alcançar este objetivo, elegemos como fontes de informação os dirigentes das entidades que estão registradas no CMDCA até o ano de 2004, conforme já mencionado anteriormente, entendendo-os como responsáveis e representantes de um espaço de atendimento, que de alguma forma refletem a ideologia e o conhecimento que a referida instituição possui acerca do Conselho, embora isto não se configure como algo linear e sem contradições.

Diante disto, formulamos a seguinte questão norteadora: **Qual a compreensão dos dirigentes das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Florianópolis, a respeito das funções deste órgão?** Esta questão possibilitou desenvolver o objetivo geral que é essencial para fundamentarmos a pesquisa.

Desta forma, estabelecemos como o objetivo geral da pesquisa analisar o entendimento dos dirigentes das entidades registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Florianópolis, sobre as funções do referido órgão.

Almejando alcançar o objetivo elencado acima, definimos como universo da pesquisa as entidades registradas no CMDCA, o que Gil (1999), define como o conjunto de elementos que obtêm a mesma característica. Para realizar a pesquisa, consideramos uma amostra das entidades, ou seja, “uma pequena parte dos elementos que compõe o universo” (GIL, 1999, p. 99). Assim, do universo de 45 entidades registradas até 2004 no CMDCA, utilizamos uma amostragem de 15 entidades para realizarmos a pesquisa, igualando a um percentual de 33,3% das entidades. Vale registrar que as instituições foram identificadas por número, a fim de preservar a identidade das mesmas, entendendo que este

procedimento se configura como sigiloso, devido à cientificidade da pesquisa, e, acima de tudo, respeito aos entrevistados.

Desenvolvemos este trabalho utilizando alguns métodos para alcançarmos o objetivo da pesquisa. Já de posse da amostragem, definimos o método mais apropriado que adotariamos para responder a questão norteadora desta pesquisa, bem como os objetivos elencados. Para tanto, a definição deste método requer que o compreendamos como um caminho que deve ser seguido, objetivando alcançar o resultado (HEGENBERG, 1976, p. II-115 apud RICHARDSON, 1999). Dentre esses caminhos, no processo de construção deste trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e como instrumento de coleta de dados, o questionário, cujo detalhamento de cada fase se faz fundamental e será abordado a seguir.

A pesquisa bibliográfica nos permitiu entender o universo a ser pesquisado, baseando-se em conceitos, fatos históricos e atuais que nortearam a compreensão da trajetória de criação e a função do CMDCA. Vale destacar o entendimento de pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1999, p. 65),

[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] reside no fato de permitir o investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. [...] A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos.

A pesquisa bibliográfica se assemelha à pesquisa documental, o que difere são as fontes para coleta das informações, pois ambas tratam-se de materiais escritos. De acordo com Gil (1999, p. 66), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Ao realizarmos este trabalho, pesquisamos alguns documentos do CMDCA de Florianópolis, visto que poucos estudos científicos foram realizados sobre este órgão, impossibilitando uma maior abrangência de fontes para pesquisa.

Após obter alguns conhecimentos teóricos sobre a temática da pesquisa, passamos a definir a forma de abordagem aos dirigentes das entidades, para cumprir com os objetivos propostos. Nesse sentido, a entrevista serviu como uma ferramenta prática desta pesquisa, entendendo-a como um “processo de interação social” em que o entrevistador tem como propósito interrogar e obter informações do entrevistado (HAGUETTE, 1995, p. 86).

Gil (1999, p. 117), complementa definindo entrevista como

[...] a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam á investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Diante deste entendimento, podemos completar o conceito de entrevista, como sendo uma técnica de coleta de dados, em que o entrevistador obtém informações concretas a respeito da compreensão, dos desejos, e sentimentos do entrevistado.

Com relação às entrevistas, desenvolvemos um questionário²² para nos auxiliar e ser instrumento norteador da pesquisa, haja vista que se faz premente a definição de uma estrutura e uma lógica de questionamentos que oriente tanto o entrevistado, como o pesquisador, na coleta de dados. As respostas obtidas desse tipo de entrevista, geralmente, são subjetivas possibilitando uma maior análise dos fatos. Apesar de alguns entrevistados terem uma idéia geral do tema da entrevista, é através deste instrumento dirigido, que tem como recurso o questionário, que o entrevistado apresenta uma visão mais aprofundada sobre a temática, possibilitando uma coleta mais detalhada de informações. (RICHARDSON, 1999).

Para realizar a pesquisa, agendamos anteriormente com os representantes das entidades a data, a hora e o local das entrevistas, sendo que este contato prévio facilitou o processo e a organização do trabalho de campo. Após a confirmação dos sujeitos da pesquisa, realizamos o procedimento da entrevista, cujo norte estava definido por um questionário próprio, conforme já mencionamos anteriormente. É importante registrar que, todas entrevistas foram gravadas, procedimento este autorizado pelos entrevistados, e que proporcionou a captação das respostas dos sujeitos na íntegra, possibilitando a análise dessas respostas com maior detalhamento.

Cabe aqui registrar que, ao realizarmos o contato inicial com os dirigentes das entidades, na sua grande maioria, os mesmos foram receptivos, quanto à participação nesta pesquisa. No entanto, em alguns casos, houve uma resistência, não na participação, mas com relação ao conteúdo que seria indagado, o qual foi esclarecido imediatamente quando

²² O modelo de formulário das questões desenvolvido para orientar a entrevista com os dirigentes das entidades pode ser visto no apêndice deste trabalho.

informamos que se tratavam de questões pertinentes à temática do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e na relação do órgão com a entidade.

Uma vez realizada a entrevista, transcrevemos as mesmas, possibilitando fazermos uma análise prévia das respostas, e destacar palavras-chave usadas pelos entrevistados, resultando em categorias para serem apreciadas ao longo da pesquisa e elaboração deste trabalho. De acordo com Richardson (1999), esta análise do conteúdo é considerada uma técnica de pesquisa, que consiste basicamente na “codificação, categorização e quantificação” ou qualificação das informações.

Diante do procedimento utilizado e das respostas obtidas nas entrevistas, convém ressaltarmos a abordagem desta pesquisa, que se dá de forma quanti-qualitativa, em que por pesquisa qualitativa entende-se que

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde há um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis [...] (MINAYO, 1994, p. 25).

Neste sentido, optamos por desenvolver a pesquisa quanti-qualitativa na tentativa de obter uma “compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”. (RICHARDSON, 1999, p 90). Assim, destacamos que por meio das respostas dos entrevistados foi possível observarmos de forma minuciosa o entendimento deste dirigente com relação ao universo do CMDCA, cuja análise se dará no item que segue.

2.2 ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO CMDCA E A (DES)INFORMAÇÃO DOS DIRIGENTES

O processo de pesquisa realizado junto aos dirigentes das entidades que possuem registro no CMDCA de Florianópolis, ao buscar compreender o conhecimento das funções do referido órgão perante estes dirigentes, pretendeu provocar uma análise em torno da

prática de visibilidade do Conselho e da participação da sociedade civil junto a este espaço de luta pela garantia de direitos infanto-juvenil.

Vimos no decorrer deste trabalho que a criação do CMDCA trouxe novos atores para o debate das políticas de atenção à criança e ao adolescente. Os textos constitucionais trazem a exigência da participação da população na formulação dessas políticas, e tornam os Conselhos de Direitos instrumentos garantidores da participação popular (LIBERATI; CYRINO, 1993).

O CMDCA é um órgão público que tem como principal objetivo fazer com que o Estatuto da Criança e do Adolescente seja cumprido no âmbito municipal. Para que a população possa participar desses espaços, é preciso entender suas funções. O Artigo 15º da lei 3.794/92, que cria o Conselho em Florianópolis, define como suas competências, as seguintes funções:

- a) Na primeira sessão anual, eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;
- b) Formular a Política Municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis, ouvido o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e serviços destinados ao atendimento das Crianças e Adolescentes, bem como sobre a criação e entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
- d) Apreciar e deliberar a respeito dos auxílios e benefícios, bem como da aplicação dos mesmos, a serem concedidos a entidades não governamentais que tenham por objetivo a proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Efetuar o registro das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas com crianças e adolescentes, assim como inscrever os respectivos programas de proteção e sócio-educativos na forma dos Artigos 90 e 91 da Lei Federal nº 8.069/90;
- f) Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicações das doações subsidiadas e demais receitas, destinando necessariamente percentual para o incentivo do acolhimento sob forma de guarda, de Criança ou Adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;
- g) Definir com os Poderes Executivos e Legislativos sobre o orçamento Municipal destinado à execução das políticas conforme Artigo 2º desta Lei e metas estabelecidas pelo Conselho de Direitos;
- h) Elaborar seu Regimento Interno;
- i) Estabelecer política de formação de pessoas com vista à qualidade do atendimento da Criança e do Adolescente;

- j) Manter intercâmbios com entidades Internacionais, Federais e Estaduais congêneres, ou que tenham atuação na proteção promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- k) Realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- l) Definir o cronograma de implantação dos Conselhos Titulares, bem como elaborar conjuntamente com o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Lei de criação do Conselho Titular.

As funções do CMDCA, prevista na lei municipal, em conjunto com as descrições de outros autores que discutem esta temática, servirão de bases para analisarmos o entendimento dos dirigentes das entidades que participaram desta pesquisa.

Neste item do trabalho, apresentaremos os resultados obtidos na pesquisa realizada com 33,3% das entidades registradas até o ano de 2004, no CMDCA de Florianópolis. As questões que nortearam a entrevista se referiam ao entendimento dos dirigentes das entidades quanto à função do CMDCA. Ao realizarmos a entrevista, abordamos cinco questões a respeito:

- a) Da função do CMDCA;
- b) Da composição do CMDCA;
- c) Da participação da entidade no CMDCA;
- d) Do registro das entidades no CMDCA;
- e) Dos conhecimentos das ações desenvolvidas pelo CMDCA.

Os resultados obtidos junto aos dirigentes entrevistados serão apresentados seguindo as questões acima sintetizadas e pretenderão traduzir o conhecimento dos dirigentes quanto às funções do CMDCA. Se estes dirigentes são informados ou não, quanto às funções do CMDCA, somente o percurso da trajetória que se inicia irá responder.

2.2.1 Da função do CMDCA

Ao abordarmos a questão referente à temática em estudo, tivemos a intenção de entender o conhecimento dos dirigentes das entidades sobre a função do CMDCA em

âmbito geral. Perguntamos com o intuito de obter respostas sobre a utilidade do CMDCA e a importância para a Sociedade.

Por meio da análise das entrevistas percebemos que, somente 20% dos dirigentes das entidades entrevistadas verbalizaram que conhecem as funções e atribuições legais do CMDCA. Estes apresentaram com convicção suas respostas, mostrando o seu conhecimento legal do órgão em estudo. O dirigente da entidade 03, revelou o que pensa a cerca do Conselho:

[...] contribuir para formulação e deliberação de políticas públicas a nível municipal. [...] Foi instituída a partir da constituição federal de 1988, justamente para que haja a participação da sociedade civil organizada. Então ele é composto por órgãos representantes governamentais e não governamentais com essa função de exercer controle social, deliberar e contribuir para a formulação das políticas públicas. O Conselho é o local, espaço institucional para se exercer essa busca pelos direitos da criança e do adolescente, não tenho dúvida da importância, da sua finalidade, que por meio dele é feito o controle social, por meio dele nós fazemos discussões sobre a política para crianças e adolescentes, por meio dele é feito a defesa e proteção, e é ele quem vai dar a cobrança sobre o que está instituído no ECA.

A resposta acima vai ao encontro dos escritos pelos estudiosos e legisladores que definem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente como um espaço de co-gestão de políticas públicas para o público infanto-juvenil. Conforme já mencionado no capítulo anterior, os Conselhos foram idealizados enquanto fóruns legítimos de discussão e deliberação, na tentativa de efetivar os princípios de descentralização e municipalização. É o órgão que decide se as políticas públicas cumprem ou não os princípios legais do Estatuto da Criança e do Adolescente, é o órgão que delibera sobre a garantia dos direitos e controla as políticas públicas, além de acompanhar as ações do governo e das entidades não-governamentais que prestam atendimentos à criança e ao adolescente (MELLO, 1999).

Outros 53% dos dirigentes entrevistados, apesar de afirmarem ter conhecimento sobre o CMDCA, apresentaram distorções em seus depoimentos no que tange às atribuições do órgão. Para o dirigente da entidade 13, o CMDCA é,

[...] um órgão que normatiza todas as diretrizes e trabalhos que existem na área da Criança e do Adolescente. A importância é que quando ele vai normatizando ele vai dar diretrizes de como deverá ser a política dos direitos da criança e do adolescente. Ele iria fiscalizar também o trabalho da criança e do adolescente, e principalmente as entidades e os órgãos

públicos. Saber como trabalham e o que fazem para os bem das crianças e dos adolescentes.

Do mesmo modo, o dirigente da entidade 05 apresenta uma coesão no entendimento sobre a função do CMDCA, porém mostra-se equivocado quando em seu relato entende o Conselho como um órgão “fiscalizador”:

É um espaço de representação da população, espaço de co-gestão, de discussão de políticas públicas e formulação e auxílio das políticas públicas e um espaço de fiscalização, se essas políticas estão sendo implementadas, as ações que as entidades desenvolvem. Na verdade isso generalizaria o meu entendimento do que é o conselho. A sociedade usa pouco, deveria ser mais utilizado. Acho que talvez por falta de conhecimento da importância. Porque se é um fiscalizador, formulador, esse é um espaço alternativo de discussão e de debate, ele deveria ser mais utilizado, e por isso ele seria importante.

Através destes depoimentos, podemos inferir que, embasados na compreensão legal do CMDCA, fiscalizar as entidades não compete ao órgão, são atribuições do Ministério Público, Judiciário e Conselhos Tutelares conforme preconiza o artigo 95 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido, ao questionarmos as perguntas que nortearam a entrevista, de um modo geral, 40% dos entrevistados confundiram, em suas falas, as atribuições do CMDCA com as atribuições do Conselho Tutelar. Segundo Cabral (1999, p. 152), é constante a confusão de atribuições entre esses dois órgãos. O autor ainda garante que, os esclarecimentos de algumas questões básicas resolvem parte do desconhecimento, ainda complementa que em primeiro lugar deve-se conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, pois “é inconcebível misturar os papéis, já que as atribuições de cada órgão são claramente demarcadas por aquela Lei, chegando a detalhes”. Os depoimentos que seguem, apresentam esta confusão:

O CMDCA devia tratar e cuidar do bem estar das crianças que podem estar em situação de risco, e também aquelas que estão sendo violadas os seus direitos fundamentais, como pessoas humanas e cidadãos (Dirigente da Entidade 04).

Nesta mesma direção, entendendo equivocadamente o CMDCA como um órgão que trabalha diretamente na defesa de crianças e adolescentes, o dirigente da entidade 09 expõe seu entendimento sobre o Conselho:

No momento a gente tem pouca ligação com o Conselho, na área que a gente trabalha. A gente tem pouco conhecimento mesmo do Conselho, sabemos que ele defende os direitos das crianças e dos adolescentes. Nós já entramos em contato algumas vezes para que fosse retirada a criança lá na frente da entidade, em virtude de ser nove horas da noite, crianças na faixa etária de cinco ou seis anos pedindo esmolas lá. O resultado não foi o esperado porque o conselho não pode ir lá retirar as crianças. É mais ou menos nessa área que a gente tem conhecimento. E tinha uma moça, se não me engano, que trabalhava conosco lá, que participava do Conselho, e fazia esse trabalho na prefeitura, na rua, então a gente tinha uma noção mais ou menos do que o Conselho fazia, mas propriamente dito o conselho nós não temos conhecimento.

Os depoimentos até aqui registrados – não considerando a primeira fala exposta neste item, do dirigente da entidade 03 – revelam uma compreensão restrita do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou seja, existem algumas confusões com atribuições de outros órgãos, principalmente com o Conselho Tutelar como expõe o representante da entidade 10 em sua resposta à questão das funções do CMDCA: “[...] As pessoas não tem uma visão clara do CMDCA. Eles confundem muito com o Conselho Tutelar [...]”.

Vale ressaltar que, os dirigentes das entidades (26,6% dos entrevistados) que afirmaram desconhecer as funções do Conselho relataram que se trata de um órgão que trabalha na “defesa dos direitos da criança e do adolescente” (Dirigente da Entidade 09), o que pode ser entendido como uma apropriação de “conceituações prontas” ou ainda “chavões” que são utilizados como “respostas certas” para questões diversas. Podemos interpretar ainda, que este entendimento está vinculado à própria nomenclatura do CMDCA.

Outro fator importante destacado nas falas de 13,3% dos entrevistados foi a associação da função do CMDCA como um órgão que possibilita obter convênios com o Poder Público ou empresas, como o citado pelo dirigente da entidade 12: “Temos essa inscrição para buscar convênios, agora atividade que eles fazem, que eles desenvolvem eu não sei [...]”.

Sendo assim, podemos afirmar que, a partir dos depoimentos, a maioria dos dirigentes das entidades apresentaram em suas respostas obterem pouco conhecimento à questão da função do CMDCA e importância para a sociedade.

2.2.2 Da composição do CMDCA

O interesse em abordar este questionamento aos dirigentes das entidades, foi o de complementar a primeira questão referente às funções do CMDCA. A questão teve como objetivo conhecer o entendimento dos entrevistados quanto à composição do CMDCA, quem participa e como atua.

Das respostas obtidas, 33,3% dos dirigentes das entidades não souberam responder. Outros 33,3% responderam equivocadamente como se dá a composição do CMDCA, dos quais destacamos a fala do dirigente da entidade 14:

A gente recebeu visitas de pessoas. Quando vai formar o conselho, elas passam por aqui, visitando, apresentando currículo, dizendo que estão se dispondo a trabalhar no conselho, tenho conhecido através do currículo que eles deixam e através de uma conversa rápida que a gente tem quando eles aparecem por aqui. Então são essas pessoas que a gente tem tido mais contato. Qual a proposta que eles tem pra trabalhar, através disso que nós temos conhecido mais.

Podemos perceber que, novamente entre as falas dos entrevistados, surgiu a confusão das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com as atribuições do Conselho Tutelar, visto que o comentado pelo dirigente é uma prática nas eleições dos Conselheiros Tutelares.

Destacamos ainda que, 13,3% dos dirigentes das entidades responderam que “a composição do CMDCA se dá por profissionais de Serviço Social, de Pedagogia, de Psicologia ou ainda por outros profissionais da área da criança e do adolescente” (Dirigente da Entidade 01), indo de encontro com a informação legal do CMDCA. No entanto, na prática do Conselho Municipal, em sua composição vê-se membros, conselheiros que são profissionais destas áreas citadas pelo entrevistado.

Dos que obtiveram respostas condizentes ao artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, 33,3% dos dirigentes das entidades responderam que o CMDCA é composto paritariamente por representantes das entidades governamentais e não-governamentais. Quanto à atuação desses representantes, o dirigente da entidade 07 afirma que os Conselheiros Municipais

atuam nas assembléias e reuniões, eles têm como objetivo pro nosso conhecimento, estarem estudando e analisando toda a atuação da

sociedade como no poder público, no que se refere aos direitos da criança e do adolescente. Então o que está acontecendo? O que envolve. Então o conselho tem que estar a par disso e estar discutindo e tomando decisões e levando a diante essas decisões para que sejam cumpridas.

Outro depoimento aponta na mesma direção:

Em geral os conselhos tem seu estatuto de funcionamento, seu regimento interno, na grande maioria está organizado em comissões, dentro de temáticas, e em geral essas comissões tem atribuições, como exemplo uma instituição que quer iniciar um trabalho com crianças e adolescentes, então vai lá, tem um grupo que vai orientar, comitê jurídico, em fim naquela especificidade, então esse grupo irá trabalhar em cima desta entidade. Também tem as reuniões ordinárias, levantando todas as pautas referentes à questão da criança e do adolescente. Há toda uma dificuldade da participação dos conselheiros pelo fato de serem todos voluntários. Em fim são nessas reuniões que se discutem sobre o controle social (Dirigente da Entidade 03).

Diante desses depoimentos constatamos a falta de clareza pela grande maioria dos dirigentes das entidades, a respeito da composição e mesmo das finalidades do CMDCA. Urge, portanto, a necessidade da elaboração de ações no sentido de instruir as entidades que desenvolvem os regimes de atendimento previstos no Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de que, as mesmas, a partir do entendimento sobre a composição e atribuições do CMDCA, possam ter nessa instância jurídica um parceiro, a fim de aprimorar cada vez mais suas formas de ação junto ao público alvo atendido.

2.2.3 Da participação da entidade no CMDCA

Ao questionarmos os dirigentes das entidades seu conhecimento quanto ao CMDCA de Florianópolis, referimo-nos à participação dos dirigentes nas ações desenvolvidas pelo Conselho, em que 60% das respostas obtidas, foram referentes à não participação.

Algumas das respostas (13,3%) em que os dirigentes afirmam terem participado das ações do CMDCA, foram baseadas no contato com o órgão nas eleições do CMDCA, na solicitação de registro da entidade (6%), ou ainda na participação de conferências,

seminários ou reuniões (40%). Ou seja, as funções e atribuições do Conselho ficaram restritas apenas a estes fatores, desqualificando o seu papel de controle social, espaço de embates em prol do atendimento e garantia dos direitos de crianças e adolescente, entre outras competências. É interessante relatar que, 33,3% dos entrevistados que afirmaram conhecer as funções do CMDCA, admitiram que nunca participaram das ações desenvolvidas pelo conselho, já outros 26,6% dos dirigentes responderam que não conhecem o CMDCA.

Ademais, segundo Teixeira (2000), para que o controle exercido pelo Conselho seja efetivo, é necessária a participação da sociedade civil nos espaços de discussão da política pública. No entanto, de acordo com a pesquisa aplicada, a participação das entidades registradas no Conselho, na grande maioria se limita aos eventos ou reuniões desenvolvidas pelo CMDCA. A maioria dos entrevistados não possui uma definição sobre o órgão, ou não têm conhecimento das suas ações.

Vale destacar que, em 08 de abril de 1996, conforme consta em ata, foi extinta a comissão de divulgação do CMDCA Florianopolitano. As consequências dessa decisão, dentre outras possibilidades, podem ter resultado neste processo de desconhecimento por parte das entidades voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes sobre as atribuições e mesmo sobre a existência em nosso município do CMDCA. Fica como proposta a reativação desta comissão, com vistas a publicização do CMDCA no âmbito de sua atuação.

2.2.4 Do registro das entidades no CMDCA

Entendemos que, cabe ao Conselho, registrar as entidades e inscrever os programas que atendem crianças e adolescentes com o regime citado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme expusemos no capítulo anterior. Ao levantarmos o questionamento sobre o registro da entidade no CMDCA aos dirigentes, procuramos captar sua compreensão quanto a importância deste.

Embora em número reduzido, somente 33,3% das respostas iam ao encontro das funções do Conselho e a atribuição de registrar as entidades. Nesse sentido, de acordo com Liberati e Cyrino (1993, p. 96), o CMDCA se apresenta como um órgão controlador das ações desenvolvidas às crianças e aos adolescentes.

Ora, antes de controlar as ações é necessário que se controlem as entidades que irão promover as ações. Significa controlar sua existência legal.

Por imposição estatutária, as entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal.

[...] o Conselho controla o registro, autorizando ou não o funcionamento das entidades de atendimento.

Entretanto, a questão do controle possui dimensão política e prática das ações desenvolvidas pelo Conselho, ou seja, este poder de controle sobre as entidades, exercido pelo CMDCA é travado sobre as ações políticas e práticas da instituição, que deve ir ao encontro dos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Convém recordarmos que, o Estatuto criou este espaço de participação popular, para que pudessem ser controladas as ações governamentais e as próprias instâncias organizacionais da sociedade civil, por isso a exigência do registro das entidades e a inscrição dos programas no CMDCA.

Deste modo, por um lado, por meio da entrevista percebemos que 33,3% dos dirigentes das entidades posicionaram-se frente ao entendimento do registro da entidade como uma exigência, responderam que este procedimento é uma obrigação, por isso o fazem. Nesse sentido, quando questionamos o dirigente da entidade 09, obtivemos a seguinte resposta:

Se não me engano é uma exigência que eles nos pedem muitas vezes que seja registrada no Conselho. Mas não é assim, a gente vê a importância. Talvez eles façam algum tipo de trabalho lá, porque a gente não tá o dia inteiro lá, são mais as professoras e a diretora da creche.

Podemos verificar que o entendimento deste dirigente, entre outros que responderam que o registro no CMDCA é somente uma exigência, contradiz com as atribuições legais da obrigatoriedade de registro das entidades, apontado acima por Liberati e Cyrino (1993).

Por outro lado, verificamos também que 20% dos dirigentes das entidades responderam que o registro do CMDCA é importante para obtenção de alguns recursos e das documentações necessárias para o funcionamento da instituição. Observamos que, algumas entidades não apresentaram um conhecimento sobre a relação do registro da entidade com o controle social exercido pelo CMDCA, em que o controle social volta-se ao acompanhamento e fiscalização do cumprimento dos direitos da infância e adolescência.

Contrapondo a informação citada anteriormente, das respostas acordadas com a lei, alguns dirigentes contextualizaram a exigência estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente complementando o seguinte:

[..] nenhuma instituição pode efetuar trabalhos com crianças e adolescentes sem ser inscrito no conselho, porque é o conselho que irá verificar as condições adequadas para aquele atendimento ou trabalho. Ou seja, primeiro pra cumprir o que está previsto no ECA, depois é uma questão de credibilidade institucional. Como que uma instituição vai se posicionar se ela não tem inscrição no conselho? Para fazer o exercício da defesa dos direitos, não temos como não estar alinhados no que pensa o conselho da criança e do adolescente. Ele tem a base no ECA. Pra mim isso está intimamente vinculado (Dirigente da Entidade 03).

Diante desta resposta, vimos que a questão do controle social e a garantia dos direitos da infância e juventude contemplam a efetividade das ações do CMDCA. Quando a entidade é registrada no CMDCA, a mesma já possui condições de realizar suas atividades, logo estando apta a realizá-las, propiciará a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Quanto a este entendimento o dirigente da entidade 11 destacou em sua fala a afirmação de que o Conselho “confirma a qualidade do trabalho que está se fazendo, uma vez que reconhece a instituição como entidade que presta serviços para esse público”, ou seja, ao adquirir o registro da entidade no Conselho está se legitimando o funcionamento da mesma em desenvolver suas atividades.

2.2.5 Do conhecimento das ações desenvolvidas pelo CMDCA

A forma como o entrevistado tomou conhecimento das ações e funções do CMDCA foi o último questionamento levantado para alcançarmos nosso objetivo que é entender o conhecimento dos dirigentes quanto às funções do Conselho.

De acordo com o dirigente da entidade 07, “[...] toda a sociedade deveria tomar conhecimento do CMDCA, [...] a sociedade em geral não tem sido priorizada sobre o que o Conselho faz”. Neste sentido, “a ausência de visibilidade e de publicização constitui um obstáculo ao exercício do controle social” (CFESS, 1999, p. 37).

Pelo Conselho se apresentar como um dos principais focos de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, é necessário dar maior visibilidade a este órgão.

Pelas falas dos entrevistados, percebemos que, esta questão não se mostra pertinente nas ações do CMDCA prejudicando sua eficácia e eficiência. Quando perguntamos a forma como os dirigentes tomaram conhecimento sobre as funções do Conselho, 40% dos dirigentes responderam que conhecem as funções CMDCA por participarem das atividades desenvolvidas, ou porque seus representantes que participam dessas atividades repassam as informações à entidade:

Conhecimento do Conselho foi participando (Dirigente da Entidade 10).

Geralmente através dos funcionários que nós temos, pela participação deles, dos debates, através das informações (Dirigente da Entidade 04).

Através das reuniões com a Diretoria. Porque a gente troca as informações que estão acontecendo, mas como não é a área que eu estou focado eu não sei detalhes, eu compreendo (Dirigente da Entidade 11).

Ainda, 86,6 % responderam que em nenhum momento os meio de comunicação divulgam as funções do Conselho.

Os meios de comunicação que eu tenho acesso nenhum. Eu não sei até se o Conselho tem convênio com rádio AM que eu ouço muito pouco. Porque em rádio FM, nos jornais e internet eu não vejo nada sobre o Conselho (Dirigente da Entidade 06).

Eu não me recordo assim de ter qualquer informação através da mídia. A gente só conheceu alguma coisa na mídia em relação à contratação dos Conselheiros Tutelares, fazendo a convocação, edital e etc. Mas fora isso, eu desconheço totalmente qualquer outra informação que se tenha veiculado na mídia. Nos meios de comunicação não acontece. Ou por falha do próprio Conselho, ou por falha da própria mídia que não tenha o interesse, ou não foi chamada atenção para esse tipo de divulgação (Dirigente da Entidade 10).

Outras 20% das respostas foram pertinentes à idéia do conselho não possuir um planejamento estratégico, no sentido de divulgar suas funções e ações, o que podemos verificar na resposta do dirigente da entidade 11:

Na mídia não tenho observado nenhuma informação a esse respeito. O próprio Conselho não tem desenvolvido um planejamento estratégico neste sentido, para que seja divulgada a ação do CMDCA. Não tem desenvolvido as suas forças para poder contribuir da melhor forma.

Em vista disso, a divulgação das ações do CMDCA e o esclarecimento da função do órgão, foram pontos levantados nas respostas trazidas pelos entrevistados. Neste sentido, Teixeira (2000), afirma que, é preciso que o conselho seja respeitado e reconhecido pela população como órgão que defende a política pública e os interesses da sociedade civil.

Este reconhecimento somente será adquirido pela sociedade, se o CMDCA investir na divulgação das suas ações e, sobretudo no esclarecimento da sua função e atribuições. Para tanto, um dos caminhos para conquistar a visibilidade das funções do CMDCA perante a comunidade, é utilizar os meios de comunicação. De acordo com os cadernos da série Mídia e Mobilização Social, Vivarta (2005, p. 11) dispõe que,

a mídia é o canal fundamental para que a população venha a conhecê-los, valorizando suas atribuições, identificando a forma de contatá-los e, até mesmo, decidindo apoiar mais ativamente suas ações. Com esse diálogo mais ativo, saem ganhando a imprensa, conselhos, sociedade e, em última instância, as crianças e aos adolescentes brasileiros.

Unidos pela convicção de que é importante tornar público o espaço dos Conselhos de Direitos, não podemos deixar de considerar a mídia como um potencializador da comunicação social do CMDCA, visto as vantagens de tornar mais transparentes suas ações, cumprir com o papel de orientação da sociedade acerca dos direitos da criança e do adolescente e ampliar a capacidade de arrecadação de recursos para o FIA (CONANDA, [199-]). Ainda se referindo às respostas dos entrevistados quanto ao conhecimento das funções do CMDCA e a forma que tomou conhecimento sobre o órgão, o representante da instituição 02 afirma que,

Não vejo muito assunto sobre as funções do Conselho. Não vejo! Eu acho que deveria ser divulgado para que a população em si conheça seus direitos e obrigações [...]. não adianta criar órgãos sem que a população seja orientada, porque senão fica uma coisa política [...]. O povo não pode ser tratado como um qualquer, dar um dinheiro, um vale família, bolsa escola, isso é um paliativo, precisa fazer com que o povo participe mais.

Vale destacar que, a questão da visibilidade do Conselho Municipal, se tornou o foco da pesquisa, pois entender o conhecimento ou o desconhecimento dos dirigentes das entidades registradas no CMDCA sobre este órgão, nos possibilitou identificar a ausência de discussão sobre a divulgação das funções do Conselho Municipal. Aqui destacamos a

importância da discussão pública das ações do CMDCA, a articulação com a população e o repasse dos assuntos deliberados pelo Conselho para a sociedade, pois de acordo com Teixeira (2000, p.106),

a legitimidade do caráter deliberativo dos Conselhos, enfatiza a necessidade de publicizar o debate que ocorre no seu interior e a importância do funcionamento de espaços mais abertos e plurais, que possam servir de instâncias críticas em relação a estas deliberações. Esta abertura dos Conselhos à sociedade é uma opção estratégica que exige dos agentes governamentais qualificações específicas e responsabilidades públicas.

Diante do exposto, percebemos que investindo na visibilidade das ações do CMDCA, estas tornariam efetivas e ainda garantiriam mudanças significativas no cenário da cultura política. (TEIXEIRA, 2000). Ao contrário, a reduzida visibilidade das políticas de atenção à infância e juventude, acabariam por limitar o exercício do controle social.

Os Conselhos deliberam, controlam, definem políticas, prioridades e repasses de recursos, mas se estas ações não forem divulgadas para a sociedade, ou até mesmo para as entidades que trabalham com o público infanto-juvenil, certamente a garantia da implementação das deliberações do CMDCA serão prejudicadas. No caso, não contarão com a mobilização popular para lutar pela implementação e efetivação dessas decisões acatadas pelos membros deste órgão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho se voltou para a temática dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, trazendo um resgate histórico do atendimento prestado à criança e ao adolescente, as conquistas e limites da política de atenção à infância e juventude e a realidade do município de Florianópolis no que se refere ao órgão em estudo. O CMDCA, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, constitui-se como um espaço privilegiado para o debate político e o exercício da democracia, em que a participação da sociedade civil se faz presente na luta pela efetivação das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, no que tange a idealização de um processo participativo.

Para se alcançar uma real qualidade da participação dos conselheiros, é necessário entender o papel dos membros dentro do Conselho e assumir as responsabilidades da sua função, bem como o CMDCA investir na “[...] capacitação dos representantes, sobretudo os da sociedade civil, não apenas no sentido político, mas também técnico”. (TEIXEIRA, 2000, p. 117). Neste sentido, de acordo com Machado (1999, p. 103) “[...] os cidadãos precisam atuar nestes espaços cada vez mais conscientes e seguros para poderem assim propor e viabilizar transformações políticas e culturais”, haja vista que é dentro dos espaços dos Conselhos que a participação torna-se um meio imprescindível para a eficaz formulação e execução das políticas públicas.

As práticas de consolidação dos Conselhos enquanto instrumento legítimo de defesa e construção da cidadania da população infanto-juvenil têm sido revestidas de grandes desafios, vindo de encontro às resistências impostas muitas vezes pelas ações do poder público, outras pelo particularismo das entidades representativas, e outras vezes pela falta de entendimento da sociedade quanto àquele espaço de discussão.

Ainda com relação a participação quando desenvolvida na forma de “auto-representação”, se torna um assunto preocupante, visto que não cumpre a efetividade da representação. Diante disto, Teixeira (2000, p. 106), expõe que,

[...] é preciso ter em conta que os Conselhos deliberam sobre políticas que devem ter o caráter de universalidade e sua composição, ainda que representativa, é restrita a setores específicos da sociedade. Geralmente estão de alguma forma interessados nos resultados dessas políticas e podem resvalar para o corporativismo e o particularismo. Sabe-se que muitas das organizações representadas nos Conselhos têm postura

patrimonialista. Estão acostumadas a obter recursos através da política clientelista e a buscar apoio para seus projetos particulares em conluio com o poder. Sabe-se também que as relações de poder não são exclusivas do Estado, estão presentes também na sociedade.

Esta auto-representação, oriundas do particularismo e das relações de poder do Estado e da sociedade civil, tem sido preocupante no que tange a publicização dos debates dentro dos Conselhos. Claudino (2005, p. 10), traz à tona a inexistência da “troca de informações entre os representantes e os representados”. Os assuntos discutidos dentro desses espaços ficam restritos, impossibilitando a sociabilização com as entidades e os fóruns de discussão, bem como, o cidadão comum não organizado.

Os desafios enfrentados pelos Conselhos de Direitos frente ao Estado, vêm ao encontro do seu papel controlador e deliberador de políticas públicas. Muitos desses desafios configuram-se num contexto histórico adverso ao que os conselhos foram criados, ou seja, foram idealizados como uma nova forma de relação da sociedade civil com o Estado, em que o Estado por sua vez, recusa-se em partilhar o poder e o controle das ações públicas, tornando esta relação uma dificuldade para o Conselho desempenhar suas funções.

Quanto à representação das entidades, observamos no decorrer deste estudo que a mesma tem se consolidado em uma preocupação quando o Conselheiro nomeado representante da sociedade civil ou do poder público, age de forma a defender os interesses particulares, se “auto-representando” dentro dos Conselhos. Foi possível observar que, essa ação dificulta o acesso às informações dos representados por este conselheiro. As deliberações da plenária, não são socializadas com todas as outras entidades os quais representa, impossibilitando dar visibilidade aos interesses coletivos na cena pública.

A visibilidade foi o ponto crucial deste estudo, em que percebemos que, a falta de conhecimento da população quanto às ações e funções do CMDCA se apresentou como uma resistência relevante no processo de consolidação dos Conselhos de Direitos. Como foco de discussão desta pesquisa, procuramos analisar o entendimento dos dirigentes das entidades registradas no CMDCA de Florianópolis quanto ao conhecimento das funções do mesmo órgão.

Ao realizarmos a pesquisa, percebemos que, a maioria das entidades não tem um conhecimento legal das funções do CMDCA. Os resultados obtidos a partir desta pesquisa, se constituem como uma síntese das reflexões críticas dos estudos sobre os Conselhos de

Direitos, no sentido de vislumbrar novos caminhos, ou inquietações, impondo novos desafios na pauta de ações do CMDCA de Florianópolis.

O desafio está na visibilidade das ações do CMDCA, valorizando a representação social e a garantia de publicização das práticas do Conselho Municipal. É preciso criar instrumentos de acesso à informação que divulguem as funções do órgão (como cartilhas, manuais, folhetos, *site*, endereço eletrônico) e investir em programas de divulgação e informação das ações do Conselho na mídia visto sua importância potencializadora da comunicação social.

Neste sentido, a mídia se apresenta como um inegável papel na construção da imagem e do significado dos conselhos e da democracia participativa junto à sociedade. Como destacado em algumas falas dos dirigentes das entidades pesquisadas, o CMDCA está praticamente ausente da cobertura da mídia, ou seja, suas deliberações e demais ações não vem tendo o destaque merecido nos meios de comunicação, prejudicando a oportunidade de maior participação da população no controle e normatização das políticas para as crianças e os adolescentes no município.

Sendo o dever da mídia informar os cidadãos, evidenciamos a sua contribuição visto que, se a população conhecer o real papel do CMDCA, haverá uma maior cobrança por esta parte, resultando no aprimoramento dos conselhos.

É necessário, portanto, que o Conselho invista na aproximação do órgão com a comunidade, tanto para divulgar suas funções e ações, como para tornar público e esclarecer os princípios inseridos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, lançamos o desafio de colocar em pauta a discussão sobre o entendimento da sociedade quanto às funções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para assim, unindo forças a este, construirmos estratégias para garantir a efetivação dos direitos da população infanto-juvenil.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2004.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069/90. Florianópolis: Natal, 1995.
- _____. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Lei orgânica da assistência social**. Legislação Suplementar / Ministério da Assistência Social. 3. ed. Brasília, 2003.
- CABRAL, E. A. et al. **Sistema de garantia de direitos**: um caminho para a proteção integral. Coleção Cadernos CENDHEC. Recife, v. 8, 1999.
- CARVALHO, Denise B. B. de. **Criança e Adolescente**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UnB, 2000.
- CLAUDINO, Cristiane Selma. **Conselhos de direitos da criança e do adolescente**: Efetivar ou Superar? Florianópolis: UFSC, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A construção do novo e a força da participação cidadã**. Caderno ABONG. São Paulo, p. 37, out. 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Ana Ligia. **Os conselhos de políticas e de direitos**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: UnB, [199-].
- HAGUETTE, Tereza Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- KOMEYAMA, Nobuco. **Filantropia empresarial e entidade da sociedade civil**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4. Brasília: UnB, 1999.
- LIBERATI, Wilson Donizeti; CYRINO, Caio Bessa. **Conselhos e fundos no estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Malheiros, 1993.

MACHADO, Simone Cristina Vieira. **O protagonismo da sociedade civil no CEAS/SC: perspectivas e desafios na consolidação da política pública de assistência social.** Revista Katálýsis, Florianópolis, n 4, 1999.

MARCO, Patrícia Souza de. **Estado, políticas públicas e participação pós-constituição de 1988.** Caderno ABONG. São Paulo, p. 42, out. 1997.

MELLO, Luiz Carlos Santini. **Estatuto da criança e adolescente: sem dúvidas.** São Paulo: Pronome Propaganda, 1999.

MENEGASSO, Maria Ester. **Organizações e serviço social.** Revista Katálýsis, Florianópolis, nº 5, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social.** Petrópolis: Vozes, 1994.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. **As organizações não-governamentais e o trabalho do Assistente Social.** Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2. Brasília: Unb, 1999.

PEREIRA PEREIRA, Potyara. **Necessidades Sociais e mínimos sociais.** São Paulo: Cortez, 2000.

PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A Arte de Governar Crianças.** Rio de Janeiro: Universitária Santa Ursula, 1995.

PRIORE, Mary. (org.). **História da Criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de Crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAMPAIO, Alexandre Argôlo Messa. **Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Florianópolis: a participação popular e a representatividade – uma visão orgânica.** Florianópolis: UFSC, 2004.

SILVA, Juçara Rosa. **Diário de Campo apresentado à disciplina Estágio Supervisionado da 7ª fase do Curso de Serviço Social da UFSC.** Florianópolis: UFSC, 2005.

SOUZA, Marli Palma. **Crianças e Adolescentes: Absoluta prioridade?** Revista Katalysis. Florianópolis, n.2, p. 41– 48, 1998.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Sistematização: efetividade e eficácia dos conselhos. **Publicações Polis**. São Paulo, n. 37, 2000.

_____. Elenaldo Celso. Conselhos de políticas públicas: efetivamente uma nova institucionalidade participativa? Publicações Polis. **Publicações Polis**. São Paulo, n. 37, 2000.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **A Convenção Internacional dos Direitos da Criança: tópicos para uma reflexão**. Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente, Florianópolis, nº 2, 1997.

_____. J. R. P.; SOUZA, M. P.; MIOTO, R. C. T. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001.

_____. Josiane Rose Petry. **Os direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr., 1999.

VIVARTA, Vect. **Ouvindo conselhos: democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras**. São Paulo Cortez, 2005.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Questionário



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
Acadêmica: **Juçara Rosa Silva**
Orientadora: Carmem Lúcia da Silva

❖ Quadro de Identificação:

Data da entrevista / Hora	
Entidade entrevistada	
Endereço	
Representante entrevistado / Dirigente	
Função na entidade	
Formação Profissional	
Anos de existência da Entidade	
Ano de registro no CMDCA	

❖ Questões:

1. O que você entende por Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente? Para que servem? Qual a importância do CMDCA para a Sociedade?
2. Para você, quem participa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente? Como atuam?
3. Você conhece o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis? Você já participou de alguma forma do Conselho? Em quais momentos?
4. Qual a importância desta entidade ser registrada, e seus projetos inscritos, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis?
5. De que forma você tomou conhecimento das ações desenvolvidas pelo CMDCA? Através de quais instrumentais?

ANEXOS

Anexo A – Lei nº 3794/92**LEI Nº 3794/92**

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para sua adequada aplicação.

Art. 2º - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Florianópolis, far-se-á através de:

- I - Política social Básica de educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que asseguram o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral espiritual e social da criança e do adolescente em condições de liberdade e dignidade, a convivência familiar e comunitária bem como o encaminhamento dos portadores de deficiência às instituições especializadas.
- II - Políticas e Programas de Assistência Social, em caráter supletivo para aqueles que dela necessitam.
- III - Serviços especiais nos termos da Lei:

- § 1º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- § 2º - O município poderá firmar consórcios e convênios com entidades públicas e privadas ou outras esferas governamentais para atendimento regionalizado desde que haja prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- § 3º - É vedado à criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das Políticas Sociais Básicas no Município, sem a prévia manifestação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - São órgão e instrumentos da Política e atendimentos dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Fórum Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes.
- II - Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

III - Conselho Tutelar.

IV - Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

Art. 4º - As entidades governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas e as entidades não-governamentais deverão proceder o seu registro e à inscrição de seus programas especificando os regimes de atendimento na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá controle dos registros das entidades e das inscrições dos programas e suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à Autoridade Judiciária. (NR**)

Art. 5º - Os programas a que se refere o artigo anterior serão classificados como de proteção ou sócios-educativos, e destinar-se-ão à:

- a) Orientação e apoio sócio-familiar;
- b) Apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) Abrigo;
- d) Liberdade Assistida;
- e) Colocação Familiar;
- f) Semi-liberdade;
- g) Internação.

Art. 6º - Os serviços especiais referidos no inciso III do artigo 2º visam a:

- a) Proteção e atendimento médico e psicológico às vítimas de maus tratos, da negligência, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- b) Identificação, Localização de Pais, Crianças e Adolescentes desaparecidos.
- c) Proteção Jurídico Social.

TÍTULO II

DO FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Art. 7º - Fica instituído o Fórum composto de Entidades não Governamentais que mantém programas de atendimento à criança e adolescente e de entidades que tenham por objetivo a defesa e proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, especificamente ou do cidadão de modo geral.

Art. 8º - O Fórum é Órgão Consultivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e tem por função sugerir as políticas a serem adotadas por este Conselho, assim como auxiliar nas implantações das mesmas.

Art. 9º - Todas as entidades com atuação no Município que estejam regularmente registradas e com seus programas inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (NR**), para participarem do Fórum Municipal deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- Estarem legalmente constituídos;
- Não possuírem fins lucrativos;
- Comprovar trabalho direto ou indireto com crianças e adolescente;

- Tratando-se de entidades com trabalho direto, atenderem aos requisitos específicos de cada programas que desenvolvam;

Art. 10 - Compete ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes eleger os representantes efetivos e suplentes que participarão do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes.

TITULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DOS ADOLESCENTES

Art. 11 - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em órgão normativo, deliberativo e controlador da Política de Atendimento, vinculado administrativamente à Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. (NR*)

Art. 12 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto, paritariamente, por 14 (catorze) membros, sendo 07 (sete) representantes do Poder Público e 07 (sete) representantes da Sociedade Civil (NR**), todos referendados pelo Prefeito Municipal. da mesma forma, será nomeado um suplente para cada Conselheiro convocados para servirem na falta ou impedimento dos Titulares.

§ 1º - Os representantes do Poder Público, são os seguintes:

(NR*) (NR**)

- a) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 representante da Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social;
- c) 01 representante da Fundação Municipal de Esportes;
- d) 01 representante da Fundação Franklin Cascaes; e
- e) 01 representante da Secretaria da Defesa do Cidadão.

§ 2º - Os representantes da Sociedade Civil serão eleitos pelo Fórum Municipal dos Direito da Criança e do Adolescente, nos termos do Art. 10, desta Lei.

§ 3º - Os representantes do Poder Executivo serão pessoas indicadas pelo Prefeito Municipal, com poder de decisão no âmbito de sua competência.

~~§ 4º - O representante do Poder Legislativo será indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. REVOGADO (NR**)~~

§ 5º - O Conselho elegerá dentre os membros que o compõe, pelo Fórum de 2/3 (dois terços), seu Presidente, Vice-Presidente, Secretário na data da posse de seus conselheiros.

§ 6º - A ausência injustificadas por 03 (três) reuniões consecutivas, ou 06 (seis) intercaladas, no decurso do mandato, implicará a exclusão automática do representante eleito para o Conselho Municipal, devendo o primeiro suplente efetivar-se.

§ 7º - Sendo o representante do órgão público o faltante, o Prefeito Municipal deverá proceder à devida substituição.

Art. 13 Será de 03 (três) anos o mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, admita uma reeleição em caso de não-governamental e uma recondução no caso de governamental. (NR**)

Art. 14 - A função do membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 14A - CMDCA é composto de: (NR**)

- I – Reuniões Plenárias;
- II – Mesa Diretora;
- III – Comissões; e
- IV – Secretaria Técnica.

§ 1º - A reunião Plenária é de caráter deliberativo e soberano do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 2º - A Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA eleita pela maioria absoluta dos votos da reunião Plenária para mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- I – Presidente, a quem cabe a representação do CMDCA;
- II – Vice-presidente; e
- III – 1º Secretário.

§ 3º - As comissões poderão ser integradas por entidades ou pessoas de notório saber, homologadas pelo CMDCA, sem direito a voto.

§ 4º - A Secretaria Técnica, órgão de apoio técnico-administrativo do CMDCA, composta no mínimo por dois técnicos e um assistente administrativo de diversos órgãos, especialmente convocados para o assessoramento permanente ou temporário do CMDCA, compete:

Organização, participação e acompanhamento das reuniões Plenárias da Mesa Diretora, das Comissões Temáticas e Comissões provisórias;
 Convocação de conselheiros;
 Organização, preparação de material/documentação e providências diversas para as reuniões;
 revisão da ata, digitação e reprodução;
 providências e encaminhamento diversos, deliberados pelas Plenárias, Mesa Diretora e Comissões;
 elaboração de correspondências, declarações e outros documentos.
 Assessoria na elaboração de resoluções, atas, sumários de reuniões, relatórios, pareceres.
 Orientações às entidades quanto à inscrição nos conselhos:
 preenchimento de ficha cadastral, encaminhamento de documentação e outras informações.
 Acompanhamento e organização das eleições para os conselheiros tutelares.

Organização de reuniões com o Executivo Municipal, com as entidades prestadoras de serviços ou de defesa de direitos, Ministério Público, Câmara de Vereadores e outras organizações, deliberadas pelo conselho.

Estudo e análise de documentos diversos, leis, decretos, resoluções instrumentalizando os conselheiros em suas decisões.

Participação em reuniões, seminários, conferências ou outros eventos que tratam da política de atendimento de crianças e dos adolescentes.

Elaboração de relatórios estatísticas do atendimento dos conselhos.

Acompanhamento à elaboração do orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a sua prestação de contas, em conjunto com a comissão de finanças.

§ 6º -

§ 7º -

§ 8º - O Prefeito Municipal terá dez dias, a contar da eleição organizada pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e respeitando o prazo do art. 13, para proceder o referendo previsto no caput, o mesmo prazo correrá em caso das substituições previstas nos §§ 6º e 7º deste artigo.

Art. 15 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) Anualmente, a contar da data da posse, eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário; (NR**)
- b) Formular a Política Municipal de proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução em todos os níveis, ouvido o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- c) Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação dos programas e SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO das Crianças e Adolescentes, bem como sobre a criação e entidades governamentais ou realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento;
- d) Apreciar e deliberar a respeito dos auxílios e benefícios, bem como da aplicação dos mesmos, a serem concedidos a entidades não governamentais que tenham por objetivo a proteção, promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- e) Efetuar o registro das entidades não-governamentais bem como inscrever os programas não-governamentais e governamentais de proteção e sócio-educativos, na forma dos arts. 90 e 91 da Lei Federal nº 8069/90; (NR**)
- f) Fixar critérios de utilização, através de planos de aplicações das doações subsidiadas e demais receitas, destinando necessariamente percentual para o incentivo do acolhimento sob forma de guarda, de Criança ou Adolescente, órfão ou abandonado, de difícil colocação familiar;
- g) Definir com os Poderes Executivos e Legislativos sobre o orçamento Municipal destinado à execução das políticas conforme Artigo 2º desta Lei e metas estabelecidas pelo Conselho de Direitos;
- h) Elaborar seu Regimento Interno;

- i) Estabelecer política de formação de pessoas com vista à qualidade do atendimento da Criança e do Adolescente;
- j) Manter intercâmbios com entidades Internacionais, Federais e Estaduais congêneres, ou que tenham atuação na proteção promoção e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- l) Realizar e incentivar campanhas promocionais de conscientização dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- m) Definir o cronograma de implantação dos Conselhos Titulares, bem como elaborar conjuntamente com o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Lei de criação do Conselho Titular.

Art. 16 - Fica criada a Comissão Provisória dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de:

- a) Formar o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- b) Coordenar o primeiro processo de eleição dos representantes da Sociedade Civil que comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 1º - Esta Comissão terá vigência de 60 (sessenta) dias.

Neste período deverá estar concluído o processo de eleição, aludido na letra "b" deste Artigo.

§ 2º - Ao final dos 60 (sessenta) dias, a Comissão Municipal Provisória prestará contas da verba recebida do Poder Executivo e repassará ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente às entidades participantes do Fórum para posterior inscrição no mesmo.

§ 3º - Comporão esta Comissão Provisória:

- a) 02 representantes da Secretaria Municipal da Educação;
- b) 01 representante da Câmara de Vereadores;
- c) 01 representante da Procuradoria Geral do Município;
- d) 01 representante da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social;
- e) 01 representante da Secretaria Municipal de Finanças.
- f) 01 representante representante da ASA;
- g) 01 representante da AFLOV;
- h) 01 representante 01 representante da Comissão local de Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua;
- i) 01 representante do Lar São Vicente de Paula;
- j) 01 representante da Escola de Pais;
- l) 01 representante do NUCA.

TÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 17 - Fica criado o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente como captor e aplicador de recurso a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ao qual é órgão vinculado.

Art. 18 - Constitui receita do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Dotações orçamentárias e/ou subvenções que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, até o limite configurado no Orçamento Fiscal desta, para essa finalidade;
- II - Recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Recursos oriundos de convênios atinentes à execução de políticas de atendimento da Criança e do Adolescente firmados pelo Município;
- IV - Doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;
- V - Valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;
- VI - Outros recursos que lhe forem destinados;
- VII - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;
- VIII - O produto de vendas de materiais, publicações e eventos realizados;
- IX - Saldo positivo, apurado em balanço do exercício anterior.

Art. 19 - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão aplicados em conformidade com o plano de aplicação aprovado preliminarmente pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidos os seus objetivos.

Art. 20 O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será gerido pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social que fica obrigada a cumprir as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no que se refere à liberação e/ou aplicação dos recursos do FMDCA. (NR**)

~~§ 1º - A Junta Administrativa será presidida por um servidor da Prefeitura Municipal, indicado pelo Secretário de Saúde e Desenvolvimento Social e legitimado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. REVOGADO (NR**)~~

~~§ 2º - A Junta Administrativa fica obrigada a cumprir as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no que refere a liberação e/ou aplicação dos recursos destinados aos programas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente. REVOGADO (NR**)~~

Art. 21 - São atribuições da Secretaria Municipal de habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social: (NR**)

- I - Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o plano de aplicação dos recursos do Fundo;
- II - Zelar pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;
- III - Executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do Fundo;
- IV - Elaborar e fazer encaminhar, aos órgãos competentes, as prestações de contas relativas a recursos recebidos da União, Estado e Município, através de subvenções, auxílios, convênios e outros, observadas as normas estabelecidas por cada órgão liberador do recurso, e legislação pertinente;

- V - Elaborar e fazer encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e à Prefeitura Municipal de Florianópolis, na forma e prazos regulamentares, os balancetes mensais e trimestrais e o balanço anual relativo as atividades do Fundo;
- VI - Apresentar, trimestralmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou sempre que por esse solicitado, as origens e aplicações dos recursos captados pelo Fundo;
- VII - Elaborar e encaminhar, à Secretaria Municipal de Finanças, após aprovação pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, anualmente, até o dia 30 de agosto, a proposta orçamentária do Fundo para exercício seguinte.

Art. 22 - São atribuições do Gestor do Fundo para a Infância e Adolescência, dentre outras: (NR**)

- I - Representar o Fundo para Infância e Adolescência nas assinaturas de convênios e termos de compromisso com órgão e entidades; (NR**)
- II - Prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do Fundo;
- III - Responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do Fundo;
- IV - Autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias e financeiras e em conformidade com o plano de aplicação dos recursos;
- V - Movimentar as contas bancárias do Fundo, em conjunto com o responsável pela tesouraria. (NR**)

Parágrafo único. Caberá ao Gestor do Fundo, indicar o Tesoureiro, o Contador e compor a Assessoria Técnica para o desenvolvimento das ações inerentes às atividades do Fundo, requisitando, se for o caso, a disposição de servidores municipais para o exercício de tais funções. (NR**)

§ 5º - Os técnicos que compõe a Secretaria Técnica / Executiva serão comissionados, indicados pelo CMDCA, após processo seletivo a ser definido no Regimento Interno do CMDCA. (NR**)

§ 6º - O assistente administrativo deverá ser servidor público do Município ou a sua disposição, designado pela Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social. (NR**)

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 30 (trinta) dias da nomeação de seus membros, elaborará o seu regimento interno.

Art. 24 - No prazo de 10 (dez) meses contados da publicação desta Lei, será elaborada e aprovada a Lei de criação dos conselhos Tutelares, conforme Art. 15, letra "m".

Art. 25 - Os recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente serão depositados em conta corrente, em nome do Fundo junto aos estabelecimentos bancários oficiais.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal da Prefeitura Municipal de Florianópolis consignará anualmente, dotação específica para fazer face a sua participação no Fundo a que se refere esta Lei.

Art. 27 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar para as despesas iniciada decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 28 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DOE – 13.07.92

Paço Municipal, em Florianópolis, 2 de julho de 1992.

ANTÔNIO HENRIQUE BULCÃO VIANNA
PREFEITO MUNICIPAL

* Nova Redação do art. 11 e do § 1º do art. 12, alterados pela Lei nº 6134/2002 de 19/12/2002 – DOE de 08/01/2003.

** Nova Redação dos arts. 4º, 9º, 12, 13, 15, 20, 21 e 22, inclusão do art. 14, e criação de cargos em Comissão, alterados pela Lei 6565/2004 de 16/12/2004 – DOE de 23/12/2004.

Anexo B – Regimento Interno do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

REGIMENTO INTERNO

ESTRUTURA

CAPÍTULO I

- **DO CONSELHO – COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES**

CAPÍTULO II

- **DA ORGANIZAÇÃO INTERNA:**

- ✓ PRESIDÊNCIA
- ✓ VICE-PRESIDÊNCIA
- ✓ SECRETARIA
- ✓ DA JUNTA ADMINISTRATIVA
- ✓ COMISSÕES TEMÁTICAS

CAPÍTULO III

- **DO FUNCIONAMENTO**

CAPÍTULO IV

- **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

CAPÍTULO I

• DO CONSELHO: COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art.1º - O presente Regimento Interno dispõe sobre o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –CMDCA, de Florianópolis.

Art.2º - O CMDCA é órgão normativo, deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social nos termos da Lei nº 3.794/92.

§ Único: O CMDCA funcionará em instalações fornecidas pelo Poder Público Municipal.

• DA COMPOSIÇÃO:

Art.3º - O CMDCA é composto paritariamente por 12 membros, sendo 06 representantes do Poder Público Municipal e 06 representantes de Entidades Não-Governamentais, conforme determina a Lei Municipal nº 3.793/92, Art.12.

• DAS ATRIBUIÇÕES:

Art.4º - São atribuições do CMDCA:

- I. As constantes no Art. 15º.,alíneas “a” até “m”, da Lei nº3.794/92;
- II. Ouvido o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborar a lei que institui o Conselho Tutelar;
- III. Definir o cronograma de implantação dos Conselheiros Tutelares;
- IV. Sob a fiscalização do Ministério Público, estabelecer critérios e organização de procedimentos para a escolha de seus Conselheiros Tutelares.

CAPÍTULO II

• DA PRESIDÊNCIA

Art.5º - Na primeira sessão anual, serão eleitos os conselheiros para as funções de presidente, vice-presidente e secretário para o exercício, nos termos do Art.15º, alínea “a”, da Lei nº 3.794/92.

§ 1º - Para o preenchimento destas funções, a escolha se dará entre os Conselheiros Titulares. Caso haja a troca do Titular, por parte do Poder Público e/ou ONG, haverá um novo processo de escolha.

§ 2º - Não haverá impedimento para e reeleição.

Art.6º - São atribuições da Presidência do CMDCA:

- a) Encaminhar à coordenação das sessões ordinárias e convocar as sessões extraordinárias do CMDCA;
- b) Convocar, com antecedência mínima de 48 horas, os membros do CMDCA para se fazerem presentes aos atos necessários para o bom desempenho do Conselho;
- c) Comunicar às Entidades e ao Poder Público quando da ausência, injustificada, por 03 (três) vezes consecutivas e/ou 06 (seis) vezes alternadas, dos representantes designados;
- d) Representar o CMDCA e delegar representantes quando necessário, sendo que, na hipótese de delegação permanente deverá haver aprovação prévia do CMDCA;
- e) Manter os contatos que o CMDCA entender necessários, junto aos órgãos do Poder Público, em nível Municipal, Estadual e Federal, bem como Entidades Não-Governamentais;
- f) Solicitar do Executivo Municipal as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho;
- g) Apresentar, anualmente, relatório do Conselho para conhecimento e aprovação dos demais membros, bem como encaminhá-lo ao Fórum Municipal, Judiciário e Ministério Público Estadual;
- h) Representar judicialmente e extra-judicialmente o CMDCA;
- i) Cumprir e fazer cumprir as deliberações do CMDCA.

• DA VICE-PRESIDÊNCIA

Art.7º - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente na sua ausência e/ou impedimento.

• DA SECRETARIA

Art.8º - Compete à Secretaria:

- a) Secretariar as sessões do CMDCA;
- b) Despachar com o Presidente;
- c) Manter, sob seu controle e responsabilidade: livros, fichas, documentos, papéis do Conselho e almoxarifado;
- d) Prestar as informações que lhe forem requisitadas e expedir certidões;
- e) Organizar, com a aprovação dos Conselheiros, a ordem do dia para as reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
- f) A Secretária do CMDCA, a cada 04 (quatro) meses, lavrará uma resenha das questões tratadas, com revisão e assinatura da Presidência, para ser publicada em órgão de comunicação oficial e social.

DA JUNTA ADMINISTRATIVA

Art.9º - A Junta Administrativa será composta por 05 (cinco) membros: 01 (um) Presidente, 02 (dois) Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA e 02 (dois) Servidores da Prefeitura Municipal de Florianópolis, designados pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - A Junta Administrativa será presidida por um servidor da Prefeitura Municipal, indicado pelo Secretário da Saúde e Desenvolvimento Social e legitimado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

§ 2º - A Junta Administrativa fica obrigada a cumprir as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no que se refere a liberação e/ou aplicação de recursos destinados aos programas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.10º - São atribuições da Junta Administrativa as constantes no Art.21º, incisos de I ao VII, da Lei nº 3.794/92.

Art.11º - São atribuições da Presidência da Junta Administrativas as citadas no Art.22º, incisos I ao V da Lei nº 3.794/92.

• DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

DEFINIÇÃO, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Art.12º - As Comissões Temáticas são órgãos delegados e auxiliares do CMDCA a quem verificar, opinar e emitir parecer sobre as matérias que lhe forem atribuídas:

§ Único – Serão criadas tantas Comissões Temáticas quantas forem necessárias.

Art.13º - As Comissões Temáticas terão 01 (um) Coordenador e 01 (um) Relator, indicados pelo CMDCA, que emitirão pareceres sobre todas as matérias que lhes forem atribuídas.

§ 1º - Os pareceres das Comissões serão apreciados, discutidos e votados nas sessões do CMDCA;

§ 2º - Os pareceres, aprovados pelo CMDCA, poderão ser transformados em resoluções.

Art.14º - Compete a cada Comissão Temática:

- a) Reunir-se em dia e hora fixos, marcados após a instalação da Comissão.
- b) Solicitar à Secretaria, serviços e materiais para o desempenho de suas funções;
- c) Elaborar anteprojetos, por solicitação do CMDCA ou por iniciativa própria.

Art.15º - As Comissões poderão convidar representantes de Entidades do Poder Público e/ou da Sociedade Civil para assessorá-las na discussão dos assuntos que lhe são pertinentes.

Art.16º - As reuniões das Comissões Temáticas serão abertas à participação de Entidades Governamentais e Não Governamentais, desde que comprometam-se a colaborar para a formulação dos pareceres.

CAPÍTULO III

• DO FUNCIONAMENTO

Art.17º - As sessões do CMDCA compõem-se dos Conselheiros no exercício pleno de seus mandatos, e é órgão soberano de liberação.

Art.18º - As sessões somente terão funcionamento com a presença de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros e as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos dos Conselheiros presentes à sessão.

Art.19º - As sessões do CMDCA serão:

- a) Ordinárias quando realizadas semanalmente;
- b) Extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente ou a requerimento subscrito pela maioria de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros;

§ Único – As sessões terão início sempre com a leitura da ata da sessão anterior, que após aprovada será assinada por todos os presentes. A seguir, será definida a pauta para a reunião.

Art.20º - o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de sua representação regimental, poderá participar das sessões do CMDCA, desde que o assunto apresentado seja contemplado na pauta.

Art.21º - Antes do término de cada reunião o coordenador dos trabalhos abrirá espaço para indicação de pauta da reunião subsequente.

Art.22º - Para fins de aprovação e posterior modificação deste Regimento Interno, será submetido à revisão após 06 (seis) meses de sua aprovação.

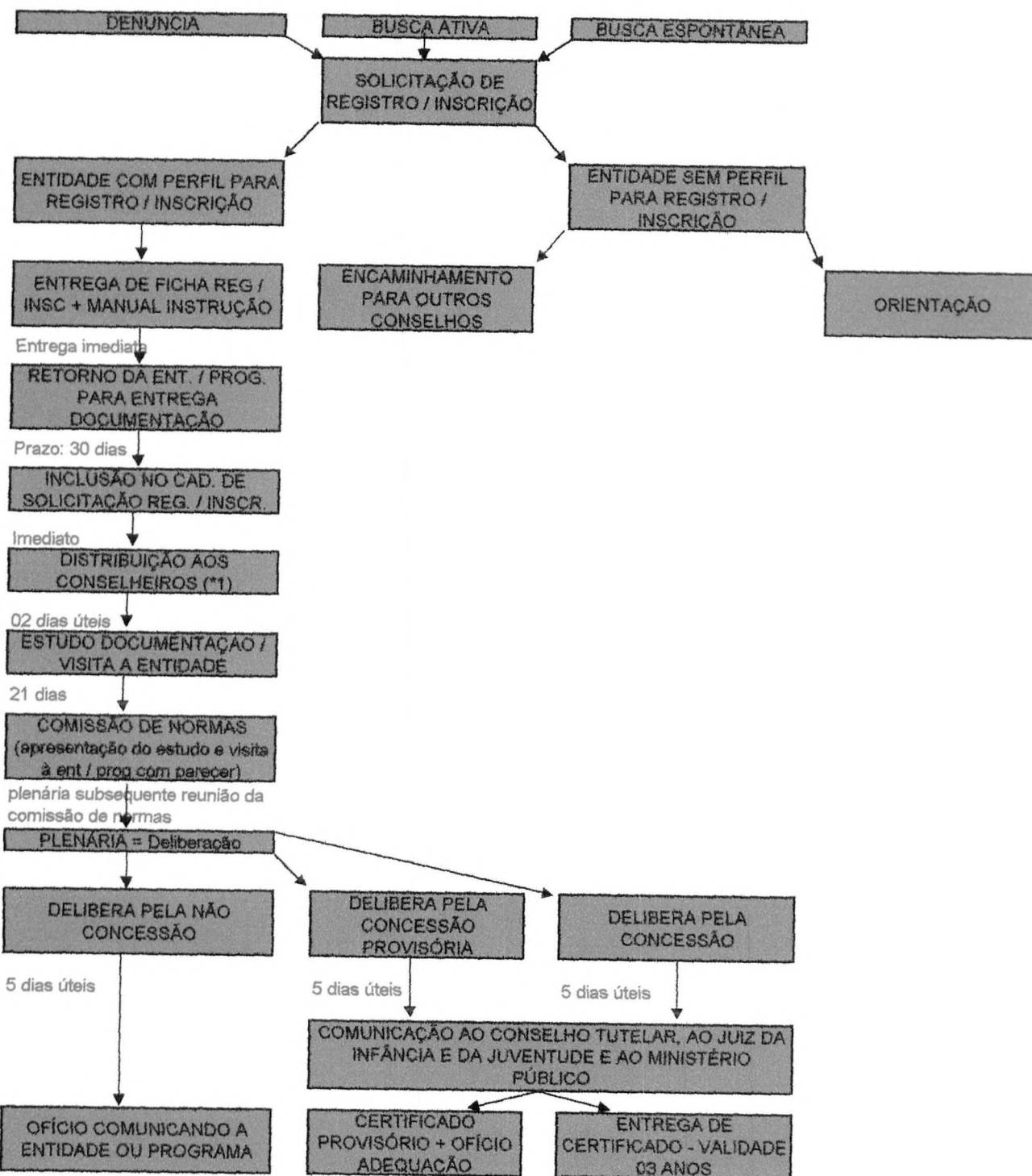
Art.23º - Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA.

Art.24º - O presente Regimento entra em vigor na data de sua aprovação.

Florianópolis, dezembro de 1992.



FLUXOGRAMA PARA REGISTRO E INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E PROGRAMAS
CMDCA - FLORIANÓPOLIS



(*1) - Os Conselheiros componentes da comissão de normas integrarão uma escala rotativa em que o último que efetuou uma análise só voltará a fazê-lo depois que todos os componentes da comissão também o tiverem feito.